



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E TRABALHO:
POR QUE SER UM PEDAGOGO?

DANIELLE SILVA BARROSO VERONEZI FERRÃO

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas

BRASÍLIA – DF

2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DANIELLE SILVA BARROSO VERONEZI FERRÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E TRABALHO:
POR QUE SER UM PEDAGOGO?

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Profª. Drª. Maria da Conceição da Silva Freitas.

BRASÍLIA – DF

2013

FERRÃO, Danielle Silva Barroso Veronezi.

Políticas Públicas em Educação e Trabalho: Por que ser um Pedagogo? / Danielle Silva Barroso Veronezi Ferrão. – Brasília, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2013

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Conceição da Silva Freitas

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas, Pedagogia, Orientação Vocacional, Formação Docente.

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELLE SILVA BARROSO VERONEZI FERRÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E TRABALHO: POR QUE SER UM PEDAGOGO?

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Professora Dr^a Maria da Conceição da Silva Freitas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria da Conceição da Silva Freitas (Orientadora)
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^a Dr^a Helvia Leite Cruz
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^a Dr^a Nara Maria Pimentel
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^a. Dr^a. Catarina de Almeida Santos (suplente)
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Aos meus quatro elementos.

Elesbão, Socorro, Nilson e Marlene.

Os meus dias sempre foram para arrancar um sorriso
qualquer de vocês, e também qualquer lágrima de
orgulho.

AGRADECIMENTOS

Eu queria poder escrever uma enorme carta, afinal não será em apenas uma página que conseguirei resumir anos de vida e milhares de agradecimentos, porém como tal feito não será possível, tentarei ser o mais breve, sincera e justa o possível.

Em primeiro agradecer a esse cosmo que nos envolve, essa força superior que emana sob a nossa vida, os desejos, que nos faz compreender o universo e ser possível observá-lo para além do concreto, seguir através do imaginário e inquietar-se o bastante, a ponto de supor uma série de indagações acerca dos processos de construção dos elementos presentes na vida humana.

Em segundo à minha família, “cada um no seu quadrado” e assim cada qual com sua importância, de fato a presença de cada um contribuiu para determinados momentos das minhas vivências, práticas e referenciais.

Em terceiro aos meus mestres, sejam aqueles que apostaram no meu sucesso na infância, na adolescência, ou até mesmo na universidade. Obrigada pelas palavras de força de todos, pelas provas de normas ABNT da Zélia, pelas informações da Catarina passadas por Facebook, pelos seminários sobre universidade da Nara, pelos relatórios das práticas em Orientação Vocacional propostas pela Conceição e pela Hélvia, assim como pela compreensão da Nara e da Conceição em cada semestre eu fazer uma fase do projeto, a fim de calhar exatamente nesse ponto que ligaria políticas públicas e educação e trabalho.

Por fim, e jamais menos importante, à minha família por opção, aqueles que abrigam, e de quebra aquecem, o meu coração, os meus amigos. Então essa dedicatória vai à:

Anna Carollina por ter sido a primeira pessoa a falar comigo nessa Universidade e até hoje ser capaz de puxar minhas orelhas sempre que preciso, mas em contrapartida me entupir de amor até não sobrar um espaço sequer;

Eduardo Engelrman pelos papos animados enquanto travávamos alguma disputa sobre quem faria o trabalho antes, assim como a Desuíta e a Rafaela Andrade pelo compartilhamento de informações sobre qualquer assunto relevante (ou não);

Laís, Beatriz e Isabela por juntas serem as arestas da minha base de formação, definitivamente vocês abriram os meus horizontes para conhecimentos que eu jamais seria capaz de enxergar sozinha;

Thiago e Priscilla, meu melhor amigo e minha irmã postiça, obrigada pelos conselhos, pelos carinhos, pelos abraços, por me deixarem praticamente invadir a vida de vocês uma série de vezes com milhares de problemas tomando conta da minha cabeça e da minha vida;

Mariana pelas gargalhadas sempre inclusas em temas polêmicos que se referem à luta de classes, homofobia e bancada evangélica, além, é claro, do clássico São Paulo vs. Rio de Janeiro;

Fernanda Plentz, o que não agradecer à você? Você é o meu exemplo de ser humano, de profissional, de determinação, obrigada por todo o teu apoio, pelos trabalhos em grupo executados com muito sucesso e também por ser o meu eterno “QI”;

Marjorie por ter se tornado parte da minha história na UnB, desde o começo, além de se dispor diversas vezes a ser o meu objeto de pesquisa, dois anos de distância entre nossos aniversários fazem toda a diferença nesses casos;

Lucas, Ermita, Krissiane, Alana, Carla, Artur, Sarah e Juliana, meus maravilhosos ex-vizinhos de estágio, e se é para falar de Tribunal de Contas da União, agradeço também a Benjamim, Cleuves, Waucilon, Rodrigo, Cristianne, Cristina, Véra e JK (*in memorian*), pela formação fantástica que vocês conseguiram me proporcionar ao longo dos dois anos de estágio, de fato, hoje posso dizer com toda certeza que sou uma profissional pronta para lidar com o público, graças à vocês;

Eduardo Sena, Márcio, Ney, James, Felipe, Ricardo, Yan(s), Samantha, Graziela, Anna Carolina Capelleto, Caio, Lorena, Leonardo, Pedro Amorim, Sofia, Mariana, Maíra, Bernardo, e todo o unidos da SiNUS e do AMUN, vocês são maravilhosos e quase me fizeram largar tudo para ir rumo às Relações Internacionais, porém eu dei um jeitinho de ligar Pedagogia a REL e fizemos uma série de embates dignos de qualquer conferência da UNESCO, obrigada por todo o carinho de vocês ao longo desses mais de dois anos de intensa amizade e trabalho árduo juntos;

Fernando Rodrigues, Ana Carolina Porteza, Christia, Drika, Aretuza, Alinne, Eduardo, Felipe, e todo o unidos do *The Chat*, nós evoluímos juntos, cada um no seu curso, cada um na sua, e todos nos ajudando, sinceramente conhecer vocês foi uma das melhores coisas que fiz na vida;

Maria Lúcia, Ilza, Johnny, toda a equipe gestora, professores e alunos do CEMSO, muito obrigada por sempre estarem abertos a toda e qualquer pesquisa e prática solicitadas ao longo desses quatro anos de graduação;

Matheus, Felipe Riscado, Felipe Ponciano, Fernanda Setti, Bruno, Pedro Zanini e Samuel, mesmo às vezes sem querer, acabávamos entrelaçando temáticas educacionais nas nossas conversas descontraídas, que muito me ajudaram a pensar em uma série de proposições, inquietações e suposições;

Priscila Morhy, Laísse e Joyce, pelas alegrias, cantorias e assuntos aleatórios;

Jéssica Oliveira, João Pedro, todos os meus “afilhados”, Deise, Rafael Ayan, Aureliano, Roale, Alisson, Daniel Costa, Rafaela Cerveira, João Pedro Pereira, Natália Lara, Carolina Carvalho, et. al dos ENEPEs da vida, pela admiração e construção mútua de diversas temáticas, fossem políticas, fossem pedagógicas, fossem práticas, fossem com muito embate ou com muita alegria, eu cresci com vocês por demais;

Carol, Artur, Jonathan, Lucas Cangiano, Desirée, Kelly e Nathaly, mesmo longe estávamos, e estamos juntos, e meus dias são mais felizes quando estamos perto uns dos outros;

Enfim, a todos aqueles de que alguma forma contribuíram para a minha formação ao longo desses intensos quatro anos de formação docente e decente na Universidade de Brasília o meu muito obrigada.

A educação é em si mesmo um direito e um dever. Para compreender melhor a obrigatoriedade da educação e a sua importância é importante confrontar as crianças com a realidade de outras crianças que não têm acesso à educação e constatar como essa privação pode afetar as suas vidas no presente e futuro.”

Campanha Global pela Educação

RESUMO

Este trabalho acadêmico, intitulado “Políticas Públicas em Educação e Trabalho: Por que ser um Pedagogo?”, busca analisar a formação de novos pedagogos a partir da história, das políticas públicas e da informação profissional que os alunos do ensino médio têm acesso. O objetivo do estudo é compreender o processo de motivação para seguir a carreira de pedagogo desde o ensino médio, assim como as alternativas do Estado para fortalecer/incentivar essa escolha, para isso foi realizado um estudo de caso com alunos do Ensino Médio de uma escola pública localizada em Brasília. A análise dos questionários revelou sete motivos para seguir a profissão, além de constatar algumas lacunas no processo de formação de novos profissionais da área, que poderiam motivar outros alunos a seguirem o mesmo caminho.

Palavras chaves: Educação, Políticas Públicas, Pedagogia, Orientação Vocacional, Formação Docente.

ABSTRACT

This academic paper, titled "Public Policies in education and work: why be a Bachelor of Education?", seeks to analyze the formation of new bachelors of education from the history, public policy and professional information that high school students have access. The objective of this study is to understand the process of motivation to pursue a career educator since high school, as well as nuances of the State to strengthen/encourage that choice, for this we conducted a case study with high school students from a public high school located in Brasilia. The analysis of the questionnaires revealed seven reasons to follow the profession, as well as see some lacunae in the process of formation of new professionals in the field, which could motivate other students to follow the same path.

Key words: Education, Public Policy, Bachelor of Education, Vocational Guidance, Teacher Training.

SUMÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO.....	4
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	10
ABSTRACT	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	14
LISTA DE TABELAS	15
APRESENTAÇÃO.....	16
MEMORIAL	18
INTRODUÇÃO	20
Âmbito da Problemática.....	20
O caminhar Teórico	22
CAPÍTULO I: O QUE É SER PEDAGOGO	24
1.1. Breve Histórico sobre a Profissão.....	24
1.2. A Regulamentação e o Exercício da Profissão Pedagogo	26
1.3. A Formação de Novos Professores no Brasil	27
1.3.1. Histórico	27
1.3.2. Legislação.....	29
1.3.3. Os fatores motivacionais para ser professor	31
CAPÍTULO II: A REPRESENTAÇÃO DO PROFISSIONAL PEDAGOGO.....	33
CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PEDAGOGO.....	44
3.1. Esforços Governamentais para Novos Pedagogos	49
CAPÍTULO IV: METODOLOGIA.....	52
4.1. Tipo de Pesquisa	52

4.2. Instrumento de Coleta de Dados	53
CAPÍTULO V: ANÁLISE DE DADOS	56
5.1. Perfil Social dos Participantes.....	56
5.2. A licenciatura sob os olhares dos participantes	57
5.3. A pedagogia como escolha profissional.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	81
Questionário aplicado aos participantes da Pesquisa.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Gênero dos participantes da pesquisa.....	56
Gráfico II: Idade dos participantes da pesquisa.....	56
Gráfico III: Para você, o Ensino Médio serve para o quê?.....	57
Gráfico IV: Motivos pelos quais não seguir a carreira docente.....	59
Gráfico V: Motivos pelos quais seguir a carreira docente.....	60
Gráfico VI: Para você, o que é um pedagogo?.....	64
Gráfico VII: O que o pedagogo faz?.....	66
Gráfico VIII: Onde o pedagogo atua?.....	67
Gráfico IX: Conte mais sobre quem é, e como o conheceu.....	68
Gráfico X: Por que não ser um pedagogo.....	70
Gráfico XI: Por que ser um Pedagogo.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Políticas Públicas voltadas para a Carreira Docente.....	45
Tabela II: Referente ao interesse na carreira docente.....	58
Tabela III: Acerca da participação em programas de incentivo à docência ou ciência.....	62
Tabela IV: Acerca da proximidade com algum pedagogo.....	68
Tabela V: Você seria um pedagogo?.....	69

APRESENTAÇÃO

Este trabalho denominado “Políticas Públicas em Educação e Trabalho: Por que ser um Pedagogo?”, visa compreender a vontade de alunos do ensino médio da rede pública em quebrar as barreiras impostas pela profissão pedagogo. Num país onde a dificuldade da formação de novos profissionais da área da educação é nitidamente grandiosa, e que a expansão da oferta de vagas desde a educação infantil até o ensino superior exige uma demanda cada vez maior de novos professores, a educação parece ser “retirada de campo”, porém ainda assim há aqueles indivíduos com conhecimento o suficiente para tentar ultrapassar a desvalorização social, econômica, os problemas de infraestrutura na prática escolar, e seguir em busca do ideário da docência. Assim, a finalidade deste trabalho é desvendar o porquê desta escolha, o que os motiva e o que os influencia nessa empreitada.

Nesse contexto, o primeiro capítulo oferece ao leitor o trajeto percorrido pela história da pedagogia, desde o período da Grécia Clássica até chegar às inovações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, delineando os diferentes perfis assumidos pelo profissional pedagogo ao longo da história, assim compreendendo o papel atualmente assumido, assim como a identidade criada para si e também a transpassada para a população, pois observamos que a falta de uma definição pontual e específica do pedagogo é uma problemática que sempre existiu. Há ainda espaço para a temática relacionada com a formação de professores, aonde busca-se o respaldo histórico e legislativo para a compreensão das políticas públicas que definem o perfil, a área de atuação e os mecanismos apresentados para o exercício da profissão de pedagogo.

O segundo capítulo passeia pelo universo da escolha profissional, fazendo uma breve comparação histórica entre os meios de informação do fim da década de 1990 e os de 2013, aonde se delineia os perfis do pedagogo em ambas as épocas e percebe-se as diferenças entre concepção da profissão, teoria, prática docente e formação superior.

O terceiro capítulo aponta as legislações voltadas para a formação docente, e faz uma série de comparações entre as políticas públicas voltadas para os futuros professores, os professores em formação e os professores em exercício.

Por fim, nos capítulos IV e V, apresentam-se os instrumentos e a análise da pesquisa realizada com os alunos do ensino médio e a comparação entre os motivos pelos quais seriam ou não pedagogos, finalizando o estudo com os motivos pelos quais vale a pena apostar no ramo educacional e tornar-se um pedagogo.

MEMORIAL

Pensar em educação e na memória que ela me traz é um processo interno no mínimo complexo. Como boa parte das meninas, por volta dos cinco anos eu também queria ser professora, brincava com os bichos de pelúcia e fazia de papéis sulfite o meu quadro negro.

Ao longo do meu processo de escolarização fui envolvendo-me cada vez mais, boa parte delas inconscientemente, deixando-me levar na onda, com os sujeitos e os processos educativos. Fiz parte do grêmio estudantil, fui representante de turma inúmeras vezes, participei de uma série de gincanas e atividades culturais.

Desde muito cedo eu gosto de política, talvez tenha desenvolvido esse gosto por ter degustado uma vida repleta de viagens na companhia dos meus avós maternos, e entre as temáticas que giravam em torno de novelas e reflexões políticas, eu acabava ficando junto ao grupo que abordava o segundo tema. Esse gosto pela política foi crescendo, a ponto de a minha mãe apostar que eu seguia a carreira de cientista política.

Porém, mesmo diante de tanta admiração com o universo político, eu sempre tive tendências freireanas no que diz em relação à educação como forma de emancipação. Mesmo sem conhecer a obra do clássico escritor, eu fui à Simulação das Nações Unidas (SiNUS) em 2007, e diante da Organização Mundial do Comércio, onde eu desempenhava o papel de Ministra da República da Polônia na temática de *Dumping Social*¹, e fiz um discurso totalmente pautado no investimento maciço em educação para estancar as lacunas trabalhistas encontradas pelos praticantes do *dumping*.

Ao decidir prestar o vestibular para a Universidade de Brasília (UnB), eu tinha a vivência de um semestre na Universidade Paulista (Unip) no curso de Pedagogia, e se eu tinha certeza que aquela seria a carreira que eu levaria para a

¹ *Dumping Social*, segundo Caldas (2000) é a expressão para designar a atitude de certos Estados em praticar salários muito baixos e condições de trabalho precárias, ingredientes para que seus produtos saiam para o mercado internacional por preços altamente reduzidos e competitivo.

minha vida, o meu desejo em seguir para a UnB era compatível com os sonhos aumentados em pensar politicamente na educação, e compreendê-la como forma de ascensão social e mudança da realidade de um país.

Eu sempre fui daquelas pessoas que gostam de ir para além da demagogia, daquelas que ao invés de ficar horas reclamando sobre determinado tema, acabar seguindo a fazer, então desde o primeiro dia de aula no curso de pedagogia, eu tenho pensado que a minha parte enquanto educadora está sendo feita, e que enquanto eu puder transformar a minha prática em artifícios capazes de tocar as pessoas, eu o farei.

E é pensando para além das promessas não cumpridas, que aproveitarei esse trabalho como prerrogativa para o aprofundamento das questões que surgiram ao longo da realização deste num estudo comparado entre países que incentivam a formação docente ainda no ensino médio, assim como aqueles que encaram a Pedagogia como uma Ciência da Educação, gerando o seguinte questionamento: A Pedagogia é uma ciência ou apenas uma prática?

INTRODUÇÃO

Âmbito da Problemática

A Constituição Federal de 1988 dispõe no Art. 6º que a educação é um direito social garantido pelo Estado. Sendo a partir das relações sociais que este direito constitui-se, Scheibe (2008) configura este direito como um processo de humanização de cada indivíduo, fruto de embates e processos de disputa socioculturais, e ainda que o principal meio pelo qual este direito é estabelecido é o ambiente escolar, chegamos até o sujeito que tem o papel de mediar os conflitos, as dúvidas e inseguranças entre indivíduo, sociedade e cultura: o professor.

O professor é naturalmente um licenciado com uma pretensão muito clara: a de educar os indivíduos que farão parte da próxima geração. Porém, diante da pesquisa da pedagoga Luciana França Leme da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) veiculada nos principais jornais do país, entre eles a edição *online* da Folha de São Paulo em 2012, dando conta de que, boa parte dos alunos de licenciaturas em instituições de ensino superior do país não se interessam ou tem dúvidas em se tornarem professores da educação básica. Foi exatamente baseando-se nesses dados e nas inquietações surgidas ao longo da graduação em Pedagogia que chego a este ponto: Por que ser um professor? Ou melhor, Por que ser um Pedagogo?

E por que logo pesquisar sobre a motivação em tornar-se um pedagogo? Primeiro porque o indivíduo que escolhe a pedagogia como formação superior possui apenas a opção de tornar-se um licenciado, diferente dos demais cursos de licenciatura, que também podem obter o título de bacharel; também há a especificidade de a profissão “pedagogo” não ser regulamentada, e esse profissional ser facilmente considerado “professor”, “orientador”, “diretor”, entre outros; há ainda as limitações de faixa etária (educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos); e por fim, aquilo que Moscovici² considera como

² **Serge Moscovici**, psicólogo social e importante teórico da área de representação social pós-Durkheim.

representação social ³ de que pedagogia é um curso para mulheres, geralmente chamadas de “tias”.

Essa nomenclatura “tia”, geralmente abordada à profissional que trabalha com a educação infantil é amplamente abordada por Freire (1997), que refere-se ao ato de ensinar como tarefa, militância, especificidade no seu cumprimento, enquanto o ato de ser tia é uma condição familiar, logo não sendo tia por profissão.

Esta configuração pode tornar-se um problema ainda maior quando falamos sobre declínio na busca pela profissão docente, uma vez que a representação social do sujeito “pedagogo” ainda é algo misterioso, por vezes superficial, e muitos deixam de realizar a escolha do curso como opção de vestibular exatamente por não saber *o que é, o que estuda e onde pode atuar*.

Desta forma, este estudo compreende a relação estabelecida entre os 53 alunos do Ensino Médio de uma escola pública do Distrito Federal participantes da pesquisa, o conceito de pedagogo que fundamenta a representação deste profissional, junto a esses jovens e as condições estabelecidas pelo Estado a fim de aumentar a procura dos mesmos pela profissão docente, mais especificamente a de pedagogo.

³ Entende-se por *representação social* “[...] a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém, [...] ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas.” [MOSCOVICI *apud* SÊGA, 2000)

O caminhar Teórico

Com o objetivo geral centrado na análise das políticas públicas de incentivo às licenciaturas desde o ensino médio, com foco na pedagogia, a metodologia adotada neste estudo aponta para a pesquisa bibliográfica como fonte de informações. Assim, na construção desse estudo foram utilizadas diversas publicações como estudos, teses, monografias, reportagens veiculadas na mídia impressa e na mídia virtual, teses, monografias, clássicos da literatura educacional, Leis, Decretos e Decretos–Leis.

A escolha pela pesquisa bibliográfica deu-se em face da necessidade de conhecer os caminhos que levavam à compreensão da escolha profissional, e ao universo ao qual essa escolha se encontra, uma vez que a profissão docente é o reflexo de uma sociedade que exige uma educação pública de qualidade, e dessa forma solicita uma formação de professores mais qualificada. Gatti (2011) analisa uma série de políticas públicas voltadas para a formação de professores de forma muito pontual e direta, indo de encontro às ideias defendidas por Scheibe (2008), que nesse estudo entrelaçam-se àquilo que Lisboa (1997) chama de compreensão da identidade ocupacional, diretamente ligada à identidade pessoal, ou seja, na relação estabelecida entre o sujeito que está recebendo a informação profissional de docente, o universo legislativo em que esse se encontra e a possibilidade da formação profissional desse indivíduo. Seguindo os rumos da escolha profissional, encontram-se ainda Piaget (2011), Bock (2006) e Corrochano (1998), que delineiam o espaço encontrado pelo estudante que procura informações profissionais, seja no Guia Oriente-se (2000), seja na internet, através do Wikipédia (2013), Guia do Estudante (2013) ou no portal da Universidade de Brasília (2013).

Na construção da pesquisa e do questionário foram utilizados os conceitos de ensino médio de Abramovay (2003), de pesquisa social de Gil (2008) e a análise dos dados a partir do conceito de estudo de caso de Laville e Dionne (1999) e das finalidades da fase de análise apontadas por Deslandes (2002).

A fim de enfatizar que a análise documental e amostral, foram considerados quaisquer materiais escritos que pudessem ser utilizados como fontes de informações, sejam leis, regulamentos, autobiografias, jornais, revistas, e estatísticas, entre outros.

E buscando o respaldo teórico para a compreensão do processo que engloba o surgimento da motivação para tornar-se um pedagogo desde o ensino médio até a sua entrada na universidade, além dos artifícios do Estado para fortalecer e incentivar essa escolha. Será permeando esse caminho que o presente estudo buscará analisar historicamente quem é o Pedagogo, passando ainda pela legislação brasileira voltada para a formação de novos professores e pelos instrumentos de informação disponíveis à sociedade, pois se houvesse um programa de incentivo à docência desde o ensino médio, será que a escolha pela carreira docente seria mais efetiva?

CAPÍTULO I: O QUE É SER PEDAGOGO

O termo Pedagogia origina-se na Grécia Clássica, considerada o berço da pedagogia, e deriva das palavras *país* (criança) e *ago* (conduzir), sendo agregado aos escravos que conduziam as crianças à escola. Segundo Lobato (2013) com o tempo o termo passou a ser utilizado para designar todos os contextos em que se realizam os processos de ensino-aprendizagem destes indivíduos.

1.1. Breve Histórico sobre a Profissão

Diante da história, a prática pedagógica passa a ser percebida através de escritos da Grécia Clássica, onde se percebia uma visão de mundo distinta de todos os demais povos da época. Os gregos colocaram a razão acima dos seus mitos e a utilizaram como instrumento a serviço do próprio homem, e por sua vez acabavam glorificando os homens como os seres mais importantes do universo. Um exemplo, segundo Lobato (2013) é a magnitude dos atenienses, que acreditavam que a cada menino que desenvolvia integralmente as suas aptidões tornava a cidade-estado mais forte.

A escolarização ateniense iniciava-se aos seis anos de idade e ficava sob os cuidados de um pedagogo, totalmente desprovido de qualquer controle estatal ou governamental, que o auxiliava em aritmética, literatura, música escrita e educação física, além de ensinar a fazer parte dos cortejos públicos e religiosos. Desta forma acreditava-se que esta educação preparava o menino para ser um bom cidadão e ter uma profissão ou negócio, buscando pautar-se sempre através dos princípios de coragem, amor, beleza, justiça e domínio de si, sempre aliados à sabedoria. A educação grega também tinha uma finalidade cívica, ou seja, a educação é uma preparação para a cidadania. Para eles, o habitante da polis só é o que é porque vive na cidade e sem ela não é nada, desta forma compreende-se também que o processo educativo formava o caráter político dos indivíduos.

Diante de tanta distinção aos seres do sexo masculino, as meninas, por sua vez, não recebiam qualquer educação formal, apenas aprendiam os ofícios domésticos e os trabalhos manuais com as mães.

A figura do pedagogo aparece em forma de uma espécie de bedel, pois era ele o responsável por acompanhar o menino à escola e vigiar o seu

comportamento moral. Ainda segundo Lobato (2013), em obras de renomados estudiosos da época, o pedagogo é amplamente citado como figura imprescindível para o processo de ensino-aprendizagem de conteúdos e valores da criança, fazendo parte desde os princípios da compreensão dos raciocínios e palavras, porém esse profissional ainda não tinha a característica do “mestre”. Logo este pedagogo era tratado como um cuidador, que tinha uma formação cultural enriquecida.

Ao longo da história, o pedagogo foi agregando uma série de novas qualificações e qualidades, firmando-se, ao longo de debates e discussões, como correlato da educação e cientista do ensino.

Seu estudo como Ciência iniciou com Platão e Aristóteles, sustentando-se a partir da definição de seu principal objeto de estudo, a Educação. As obras de Comenius, Rousseau, Kant, Hegel, Herbart, Chernichevski, Pestalozzi, Diesterweg e Ushinski, entre outros intelectuais, ajudaram à independência da Pedagogia como ciência particular. Os clássicos do Materialismo-Histórico e Dialético, Marx e Engels, elaboraram os fundamentos que permitiram sustentar a cientificidade desta. Dessa forma, aos poucos, a Pedagogia vai-se diferenciando, como resultado de um longo período e processo histórico, da Teologia e da Filosofia.

Na Antigüidade, ela foi encerrada em complexas apreciações sobre o mundo e o homem. No Feudalismo e no Capitalismo, a Pedagogia vai-se diferenciando paulatinamente, em correspondência com a necessidade social, da Teologia e da Filosofia. No século XVI e no século XVII, nasce o primeiro sistema pedagógico como resultado da divisão, do até então estreito vínculo entre a Teologia e a Filosofia. Esta é a expressão e o resultado da luta da burguesia florescente contra o Feudalismo. Porém, a Pedagogia ainda continua sua relação com a filosofia, como em Rousseau, Kant, Hegel, Herbart e Chernichevski. A ciência pedagógica se erige cada vez mais como uma ciência independente a partir do século XIX a Pedagogia surge como ciência particular, mostrando-se como manifestação social objetiva da Educação.

No Brasil, apesar do curso de Pedagogia ter sido criado na década de 30, verifica-se que os cursos normais de nível médio já existiam.

O curso de Pedagogia, após a reestruturação de 1939, foi instituído no meio acadêmico por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei nº 1190 de 4 de abril de 1939, e assim fica definido que a formação do professor primário ocorreriam nas escolas normais e a formação dos professores secundários no ensino superior, através de três anos de bacharelado mais um ano de didática, saindo com o título de “técnico em educação”.

Após uma série de regulamentações e tentativas de fixação de currículos e títulos ligados ao curso de Pedagogia, é em 1969, com o Parecer CFE nº 252/69 que o curso passa a ter sua definição esclarecida, impondo a finalidade do curso a de preparar profissionais para o setor educacional, com uma parte comum (constituída de matérias básicas à formação de qualquer profissional da área da educação) e a outra diversificada (já propriamente profissionalizante nas áreas de administração, supervisão, orientação e magistério), além de fixar que o título único a ser conferido pelo curso de Pedagogia passava a ser o de licenciado, pois, *a priori*, os diplomados poderiam ser professores do curso normal.

Atualmente, por situar-se entre a prática e a teoria, intervindo exatamente no diálogo entre esses dois fatores “[...] vem a ser o próprio ato de conhecer, no qual o educador e a educadora tem o papel testemunhal no sentido de refazer diante dos educandos e com eles o seu próprio processo de aprender e conhecer.” (FREIRE *apud* STRECK, 2008, p. 311)

E por estar inserido no contexto escolar, de disseminação de conhecimento, e por muitas vezes única via possível de assimilação de conteúdos e acesso ao trabalho, à cultura, ao lazer e à participação política, o pedagogo acaba tornando-se a peça-chave deste quebra-cabeça que constitui a educação brasileira. É ele quem está nas posições de gestão escolar, atuando como diretor, coordenador ou orientador educacional, além da função, quase que óbvia, de professor, mais especificamente da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental.

1.2. A Regulamentação e o Exercício da Profissão Pedagogo

O exercício da profissão de pedagogo é regulamentada desde 2009, compreendendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção,

supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Desta forma, de acordo com o disposto no Art. 61º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o licenciado em pedagogia pode exercer a profissão nas áreas de: educação formal ou informal de crianças, jovens e adultos, compreendendo a educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos; elaboração e acompanhamento de estudos, planos, programas e projetos da área de educação, ainda que não escolares; gestão educacional nas escolas e empresas de qualquer setor econômico; administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional nas escolas; recrutamento, a seleção e a elaboração de programas de treinamento e projetos técnico-educacionais em instituições de diversas naturezas.

Apesar de ser uma profissão com exercício regulamentado, a profissão pedagogo não é regulamentada, desta forma a representação social deste profissional é facilmente confundida com a de professor, esta por sua vez regulamentada.

1.3. A Formação de Novos Professores no Brasil

1.3.1. Histórico

A formação de professores é um processo educativo que permite ao indivíduo adquirir e desenvolver os conhecimentos teóricos e operacionais relacionados à educação da forma mais íntima, buscando neste indivíduo a relação que este obtém com a produção acadêmica e a distribuição deste saber científico.

Segundo Gatti (2011), a formação de professores em cursos específicos é inaugurada no Brasil no final do século XIX com as Escolas Normais, que se destinavam à formação de docentes para as chamadas “primeiras letras”. Essas escolas correspondiam ao ensino técnico, onde junto ao ensino médio o indivíduo saía com um diploma que o qualificava para a inserção no mercado de trabalho, neste caso com a finalidade de ingressar no campo da educação. É interessante pontuar que ainda neste período a escolarização era escassa no país, destinada a uma fatia muito pequena da população.

No início do século XX começam a surgir as primeiras preocupações com a formação de professores para trabalharem com secundaristas (atualmente séries finais do ensino fundamental e ensino médio), em cursos regulares e específicos. Surgem então as primeiras universidades, a fim de qualificar o trabalho até então exercido por profissionais liberais e autodidatas, algo de fácil controle, uma vez que o número de professores e alunos era muito seletivo. É a partir da década de 30, com a crescente demanda por industrialização do país, que a escolarização começa a se colocar como fator exponencial na aquisição de empregos pela classe trabalhadora. Dessa forma inicia-se uma pequena expansão nos sistemas de ensino brasileiros. A fim de atender à expansão, mais professores passam a ser demandados, e desta forma acrescentaram-se disciplinas da educação na formação de bacharéis a fim da obtenção de licenciaturas, estas dirigidas à formação de docentes para o ensino secundário.

O mesmo modelo foi aplicado ao curso de Pedagogia, regulamentado em 1939 e destinado à formação de bacharéis especialistas em educação, e complementarmente, formar professores para as Escolas Normais e também lecionar algumas disciplinas no ensino secundário.

Na década 80 as Escolas Normais são extintas e introduz-se a Habilitação Magistério

[...] entre outras habilitações do então 2º grau, a formação do professor de 1ª a 4ª séries terminou sendo feita por um currículo disperso, tendo ficado sua parte de formação específica, de fato, muito reduzida em razão da nova estrutura curricular desse nível de ensino. As pesquisas mostram que acabou ocorrendo uma descaracterização crescente dessa habilitação no que se refere à formação para a docência. (MELLO *apud* GATTI, 2009, p. 39).

No mesmo período introduz-se também os Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefams), criados com a finalidade de “[...] garantir uma melhoria na formação de docentes para os anos iniciais de escolarização, em vista dos problemas detectados com a formação desses professores na Habilitação Magistério.” (GATTI, 2009, p. 39) Porém, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) esses centros são fechados, transferindo a formação de professores para o nível superior.

Desta forma, a formação de docentes para atuar na educação básica passa a se realizar nos cursos de licenciatura, de graduação plena, em

universidades e institutos superiores de educação, sendo admitidas como pré-requisito básico para o exercício do magistério na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

Assim, as Universidades e os Institutos de Ensino Superior (IES) promovem graduações, especializações, mestrados e doutorados, com a finalidade de buscar o indivíduo com o foco na licenciatura, mais especificamente no trabalho dentro da escola.

Segundo Gatti (2009), a preocupação corrente em relação à formação de novos professores, configura-se como consequência das demandas e pressões advindas da sociedade, considerando os novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo. É praticamente uma consciência populacional, que atualmente considera o professor e a educação peças chave no crescimento e desenvolvimento do país, e que desencadeia em uma série de ações provocativas ao governo, exigindo melhor qualidade no ensino, considerando que a educação é a base para os demais provimentos sociais.

1.3.2. Legislação

Compreendendo a complexidade do objeto de estudo do pedagogo, que pauta-se muito além do exercício de ensinar matérias, a Resolução CNE/CP nº 1/06 em seu art. 4 estipula o destino e as áreas de atuação do pedagogo, mostrando um dos primeiros esforços governamentais na tentativa de definição real da licenciatura em pedagogia, dispondo que:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I. planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II. planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;

III. produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares. (BRASIL *apud* GATTI, 2009, p. 49)

Desde os primórdios, ainda na Grécia Clássica, observa-se a falta de definição desse profissional, provavelmente herança da complexidade das tarefas agregadas a este sujeito: o de participar do processo de ensino, aprendizagem e formação de novos indivíduos, é incalculável tamanha responsabilidade.

Assim, fazem-se presentes componentes curriculares complexos no currículo do curso, pois, observa-se que o pedagogo também é atuante no planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos escolares, e também dos não escolares. Além disso, retomando as atividades sociais dos pedagogos na Grécia Clássica, temos ainda que fazer fortes referências à “[...] aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural”. (GATTI, 2009, p. 49)

E assim, diante da manifestação social em melhorar a educação, e também buscando compreender os motivos que banem a motivação em tornar-se um pedagogo, ou até mesmo um profissional da educação, um ponto acaba tornando-se a pauta inicial, se não principal, deste trabalho: a valorização do profissional da educação, que agrega pedagogos e demais licenciados.

É possível observar que tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e o Plano Nacional de Educação apresentam artigos específicos sobre os Profissionais da Educação. Enquanto a Constituição Federal delibera, no art. 206, inciso V, que a valorização dos profissionais da educação escolar deve ser garantida através de “[...] planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 1988) e no inciso VIII, traz a necessidade de um “ piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal” (BRASIL, 1988), a LDB garante que essa valorização dá-se “[...] por meio de estatutos e planos de carreira do magistério público” (BRASIL *apud* SCHEIBE, 2008), e o PNE evidencia essa valorização através dos

[...] requisitos de: formação profissional; sistema de educação continuada; jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos,

concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares no trabalho em sala de aula; salário digno, compromisso social e político do magistério. (BRASIL *apud* SCHEIBE, 2008)

Tomando por base esses três fragmentos legislativos, percebe-se nitidamente que toda e qualquer teorização acerca da valorização dos profissionais da educação tem o respaldo governamental, porém, ainda sem um direcionamento acerca da tão mencionada qualidade da educação, FREITAS (2007) alerta sobre a necessidade de uma política global de formação de professores, uma ação que reúna, de forma articulada e prioritária a formação inicial aos demais fatores indicados, como valorização do magistério e plano de carreira.

Formação inicial esta, que promove a atratividade da carreira docente para pré-vestibulandos. E pré-vestibulandos estes que, em pesquisa realizada pela Fundação Lemann e pelo Instituto Futuro Brasil em 2008, alegaram a escolha pela licenciatura por ser mais fácil e menos concorrida, ou pelo preço (em casos de instituições privadas), fora, mais uma vez em consonância à pesquisa realizada na USP, a baixa vontade para seguir a carreira docente, nos casos de obter-se o título de bacharel e licenciado.

1.3.3. Os fatores motivacionais para ser professor

Quando o assunto é “escolha profissional”, há uma série de conceitos agregados a este termo, há os fatores sociais, psicológicos e ambientais trabalhando inconscientemente na tentativa de chegar a uma conclusão: O que ser quando crescer? No caso dos alunos do ensino médio, em especial os pré-vestibulandos, esses fatores vão trabalhando numa velocidade tão rápida que, enquanto há alguns esclarecimentos, há outras confusões, e nem sempre chegar à uma decisão é simples.

O fato de pensar em inserção profissional transpassa pela identidade com o trabalho, e desta forma com o curso que o formará. Se considerarmos que o trabalho é, segundo Jacques (1997), a inserção no mundo das relações sociais, que marca a saída do mundo juvenil e o ingresso no mundo adulto, e que

a identidade é um constante ‘estar sendo’, embora se represente com aparência de ‘ser’ refere-se a movimentos que dizem respeito tanto à singularidade humana quanto a particularidades de grupos, segmentos, estratos, classes, culturas. É um conceito cujo entendimento exige superarem-se dicotomias, pois sua compreensão envolve, ao mesmo

tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo. (JACQUES, 1997, p. 127)

Desta forma, compreende-se que a relação entre identidade e profissão passa pela motivação do indivíduo para com determinada formação, neste caso a de pedagogo. De acordo com Allegretti e Tittoni (1997), o termo “motivação” nasce na psicologia, direcionado aos estudos de comportamento humano, mais especificamente na compreensão dos motivos e fatores que levam a determinado comportamento, ou seja, na compreensão dos processos de internalização do sujeito.

Segundo Gatti (2009), quando o indivíduo opta pela licenciatura como formação, podemos relacioná-lo intimamente com a atuação na escola, assim a motivação para a escolha passou pela identificação com o ambiente, ou até mesmo por não conseguir desvencilhar-se do laço afetivo com o ambiente escolar, desta forma pode haver o obscurecimento das condições e formas de realização do trabalho, ou seja, o fato motivador é maquiado, seja por condições internas ou externas (sociais, políticas, financeiras, entre outras).

Outro aspecto fundamental na análise das relações entre formação de novos professores e motivação é perceber que para indivíduos pertencentes a famílias de renda mais baixa, que precisam inserir-se mais cedo no mercado de trabalho, a escola perde completamente a sua atratividade para o jovem. Logo, como atrair um jovem desmotivado a ir para a escola para uma carreira de licenciado. Logo, a reflexão sobre a qualidade da inserção dos jovens na pedagogia faz-se totalmente necessária, como afirma Corrochano (2011).

CAPÍTULO II: A REPRESENTAÇÃO DO PROFISSIONAL PEDAGOGO

Com os adventos da circulação maciça de informações acerca da profissionalização, a Pedagogia torna-se elemento de guias profissionais impressos. Desta forma, no fim da década de 90, quando o profissional que “cuidava” do ambiente educacional era formado no Curso Normal (Magistério), com base na formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico, com foco formativo nas atividades curriculares (conteúdos específicos a serem ensinados pela escola básica e nos conteúdos especificamente pedagógicos). Desta forma o profissional pedagogo ainda não era reconhecido socialmente, sendo facilmente reconhecido como professor fosse da educação infantil, das séries iniciais, finais ou do ensino médio, além da EJA. Também, são presentes as figuras do diretor, orientador e coordenador.

No Guia Oriente-se (2000), que não apresenta a profissão pedagogo, é possível distinguir “Professores da Educação Infantil”, “Professores do Ensino Fundamental e Médio”, “Diretores, Orientadores e Supervisores Escolares”, e cada um é apresentado de maneiras bem distintas, porém colaborativas, sendo facilmente categorizados a partir das condições de trabalho, qualificação requerida e as perspectivas do mercado.

É interessante observar de início que os professores de educação infantil vem primeiro e os diretores, orientadores e supervisores escolares são os últimos, dando a ideia de classes sociais dentro do ambiente escolar e mostrando claramente que os professores encontram-se num nível abaixo dos diretores.

Os professores da educação infantil encontram-se, segundo o guia, na parte mais baixa da escala social e de poder dentro do ambiente escolar. Tem uma rotina fisicamente e psicologicamente cansativa, devido a muita movimentação exigida, horas em pé, acolhimento de bebês no colo, e, além disso contam com a ajuda de auxiliares para cuidarem da parte higiênica dos menores.

Neste período a LDB apontava para a qualificação obrigatória em pedagogia, e desta forma o guia alertava para a aquisição do curso para o público que pretendia seguir a profissão, público este que era formado principalmente por mulheres de 18 a 35 anos, ainda segundo o guia. Os autores apontam que o mercado de trabalho para esse tipo de profissional era bastante saturado, devido ao

crescente número de creches habilitadas a receber crianças menores, porém avisava mais uma vez, que devido às condições de trabalho, a oferta era extensa para mulheres jovens aptas a exercer esta profissão.

Os professores dos ensinos fundamental e médio aparecem como intermediários nessa escala, ou seja, não tão fisicamente e psicologicamente debilitados quanto os professores da educação infantil, mas também nem tão poderosos quanto os diretores, orientadores e supervisores escolares.

O guia apresenta a esses profissionais as possibilidades de ingressar no ramo público ou privado, já carregando a possibilidade de trabalhar em uma ou mais escolas, interpretando, mesmo que nas entrelinhas, a questão da valorização profissional.

Outro ponto interessante é ver que ele já alerta para a carga horária de trabalho: de 20 a 60 horas semanais em sala de aula, descartando períodos destinados à cursos de formação continuada ou planejamentos de aulas. Há ainda espaço para a distinção e caracterização dos ambientes que este profissional pode encontrar depois de formado: enquanto as escolas particulares são apresentadas como luxuosas e possuidoras de ambientes confortáveis, as escolas públicas são apresentadas como detentoras de condições precárias para exercício da função.

Não obstante da imagem criada artificialmente por aquele aluno que procurava informações sobre qual carreira seguiria, o guia ainda separa algumas linhas especialmente para os alunos, mostrando que havia desde os aplicados e respeitosos aos problemáticos e agressivos.

Por fim, ainda no campo das condições de trabalho, o guia considera que a profissão provoca alguns problemas de saúde, como calos nas cordas vocais, alergia a giz, além do cansaço e estresse (inerentes a qualquer profissão).

Quanto ao mercado de trabalho e as perspectivas profissionais do professor dos ensinos fundamental e médio, o guia alerta sobre o crescente número de profissionais da educação, usando os dados do censo do professor do Ministério da Educação (MEC) de agosto de 1998 para justificar a saturação e a desvalorização do professor. Já naquela época eram mais de 1,6 milhões de professores, sendo 68% deles atuantes no ensino fundamental e 15% no ensino médio, e cerca de metade destes possuírem formação universitária, ou seja, já

começando a seguir as orientações da LDB quanto à licenciatura. As condições de exercício da profissão são também desestimulantes, batendo mais uma vez na tecla da desvalorização salarial dos professores,

[...] o que tem tornado as condições de trabalho muito difíceis, aumentando a evasão de professores. [...] Se a política governamental for bem sucedida em revalorizar a profissão, o mercado de trabalho será promissor, atraindo jovens mais qualificados. (ANDRADE, 2000, p. 151)

Os diretores, orientadores e supervisores são os profissionais no escopo das classes escolares, praticamente sendo mostrados pelo guia como os detentores dos cargos mais desejados dentro da escola. Esta realidade criada pelo guia é tão gritante que o texto começa avisando sobre as condições físicas encontradas no ambiente de trabalho que

[...] varia muito em termos de tamanho, conforto e segurança do local. Podem trabalhar em escritórios grandes, confortáveis, em escolas bem localizadas, ou em pequenas escolas públicas localizadas em vizinhanças perigosas. (ANDRADE, 2000, p.162)

Apesar do esforço físico ser claramente poupado, aos olhos do guia, o esforço psicológico diante das 40 horas semanais de trabalho parece ser extenso. Quando o autor diz que esses profissionais “[...] lidam com diferentes problemas pessoais, familiares e profissionais, o que às vezes o expõe a estresse e desgaste psicológico” (ANDRADE, 2000, p. 163), ele mostra claramente que apesar de tornar-se uma espécie de psicólogo escolar, esse profissional possui uma estação de trabalho fixo para chamar de sua, o que é bastante vantajoso. Porém, quando fala sobre o mercado de trabalho, o guia não se mostra nem um pouco otimista, alegando que as perspectivas não são positivas, devido aos limitados fundos para a educação pública, o que provoca uma barreira para a expansão dos funcionários.

Além de afirmar sobre a acirrada disputa pelos cargos, em especial os de diretoria, principalmente por aqueles professores considerados “gabaritados”. Já no caso das escolas particulares, o autor mostra que a realidade é bem diferente, a direção é normalmente assumida pelo proprietário da escola ou por alguém de sua confiança, e os demais cargos da administração escolar são assumidos por pessoas de confiança do diretor, assim mantendo-os por muito tempo nas funções.

Ao final, o guia faz um breve resumo sobre a atuação de cada funcionário:

Diretores: coordenam as atividades escolares em instituições de ensino fundamental e médio.

Professores de Educação Especial: atuam na educação e reabilitação de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

Professores de Educação Infantil: cuidam de crianças de três meses a seis anos.

Professores de Formação Profissional: ministram aulas teóricas e supervisionam atividades em laboratórios, oficinas e unidades didáticas de comércio e serviços.

Professores de Ensino Fundamental e Médio: ensinam crianças e adolescentes de 6 a 18 anos.

Professores Universitários: ministram cursos, orientam alunos e executam trabalhos de pesquisa. (ANDRADE, 2000, p. 165)

Com a implementação das políticas públicas para o curso de Pedagogia, assim como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a consequente aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Pedagogia em 2006, o profissional pedagogo passa a tomar o lugar do profissional com o Curso Normal (Magistério), e torna-se o novo sujeito responsável pela condução da educação brasileira.

É a partir da popularização dos meios cibernéticos de comunicação e disseminação cultural, através da internet, que boa parte dos guias de profissões passam a ser substituídos por páginas, blogs, redes sociais e fóruns presentes na web 2.0.

Assim o curso de Pedagogia, ainda como integrante desses centros de informação, passa por uma reformulação didática e representativa. Apesar de passadas duas décadas desde a publicação do guia de profissões, o pedagogo ainda não apresenta uma identidade profissional firmada, talvez fruto da não regulamentação da profissão, e continua ainda às sombras da função professor, diretor, orientador e coordenador. Porém este profissional já é mais conhecido e o curso de Pedagogia é visto como o detentor da área do conhecimento educacional.

Escolheu-se tomar como base para informação profissional na atualidade a Wikipédia e o Guia do Estudante, os dois portais mais acessados através do

Google⁴, e que por isso mesmo ocuparem as primeiras posições no portal, e o portal da Universidade de Brasília.

O portal, que ficou conhecido como a “enciclopédia livre” acabou tornando-se uma fonte de referência de informações, e mesmo que nem sempre confiáveis, ainda ocupa, na maioria das vezes, o lugar de primeiro resultado numa pesquisa efetuada pelo Google, mostrando-se que é sim fonte de pesquisa para aquele aluno que procura saber um pouco mais sobre, neste caso, o curso de Pedagogia.

É interessante perceber que logo de início a página refere-se à pedagogia como formadora de pedagogos, e não professores, mostrando que estes profissionais atuam na promoção da aprendizagem em diversas fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades nesse processo, e ainda como responsáveis pelas melhorias de ensino nos ambientes escolares e não escolares, ainda apresentando exemplos dessas no texto, assim abrindo o leque de possibilidades de trabalho para aqueles que não desejam seguir a carreira propriamente escolar. Além, de abordar que o objetivo de

[...] estudo do pedagogo e da pedagogia é a EDUCAÇÃO, o Processo Ensino e Aprendizagem, a ação cultural do educador em intervir e/ou de transmitir tecnicamente "o conhecimento", de forma sedutora, significativa e em comunhão com a realidade social, o perfil e a história de vida do educando, o conhecimento e a informação e a dimensão cognitiva do educando ao perceber, aprender, apreender e se apropriar de forma crítico-reflexiva do conhecimento e das informações transmitidas pela percepção pessoal de observador ou de sujeito da intervenção formativo-educativa da qual foi sujeito, a sua acomodação junto aos conhecimentos anteriormente existentes e sua capacidade de aplica-los à realidade social vivido-compartilhada enquanto ser social e cidadão. (WIKIPÉDIA, 2013)

Além de apresentar a origem e a história do curso no Brasil, a enciclopédia *online* imprime a imagem atual do profissional reunindo informações baseadas em dados do MEC, mostrando que este profissional é um licenciado habilitado para trabalhar com educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, coordenação educacional, gestão escolar, orientação pedagógica, pedagogia social e supervisão educacional. Porém, apresenta que “[...] o pedagogo

⁴ Buscador de diretórios online.

também pode, em falta de professores, lecionar as disciplinas que fazem parte do Ensino Fundamental e Médio.” (WIKIPÉDIA, 2013)

O portal imprime a complexidade do objeto de estudo da pedagogia quando refere-se à currículo, abordando que “devido a sua abrangência, a Pedagogia engloba diversas disciplinas, que podem ser reunidas em três grupos básicos: disciplinas filosóficas, disciplinas científicas e disciplinas técnico-pedagógicas.” (WIKIPÉDIA, 2013) Algumas dessas disciplinas são apresentadas em forma de *links*, nem sempre com redirecionamento, para melhor conhecimento do curso, como por exemplo educação do campo, educação indígena, gestão dos sistemas educacionais e tecnologia educacional.

É interessante que o portal ainda dá visibilidade para as constantes alterações perceptíveis no campo educacional com os adventos das tecnologias e a imersão das mesmas no campo educativo, além de dedicar-se à uma parte denominada “ciências que dão suporte teórico”, aonde apresenta a psicologia, a sociologia, a filosofia, antropologia e logosofia como componentes desta colcha de retalhos que caracteriza o ensino e a aprendizagem de crianças, jovens e adultos nos mais diversos ambientes escolares e não escolares, aos quais o pedagogo atua diariamente.

Ainda acerca dos ambientes de trabalho, o Wikipédia dedica dois parágrafos para explicá-los parcialmente, porém de forma bastante didática, alegando que

a Pedagogia Escolar tem o olhar para o processo formativo-educativo de ensino e aprendizagem nas Instituição de Ensino Formal, as escolas, onde o processo ensino e aprendizagem é curricular, ainda que complementado por atividades extracurriculares e transversalidade de tema, voltado para a formação educativa do cidadão e do ser humano produtivo ao mundo do trabalho. A Pedagogia não-escolar tem o olhar para dois processos formativos-educativos de ensino e aprendizagem: a educação referencial-afetiva que deve ser construída pela família, no viés da ancestralidade, da consanguineidade e/ou da afinidade parental, e onde o pedagogo tem papel de assessoria, consultoria, atendimento clínico individual ou em grupo, [...], na busca da formação básica didático-pedagógica de pais e responsáveis para bem conduzir suas funções educativo-formativas junto aos seus filhos ou pupilos; e também o olhar para a socioeducação, que é a educação na comunidade, no vivido-compartilhado, no dia-a-dia, na rotina, no cotidiano, no trabalho, nas Organizações, nas relações religiosas, enfim na vida sócio-comunitária em geral (excluída a família e a escola). (WIKIPÉDIA, 2013)

Há ainda espaço para as apresentações da denominada “Pedagogia Empresarial” e também do pedagogo social ou socioeducador, do pedagogo

hospitalar, do pedagogo multimeios, do pedagogo cultural, além de finalizar o texto mostrando que há espaços educativos para aqueles que desejam trabalhar com trânsito, saúde, meio-ambiente, fiscalização, educação cívica, política, desportiva ou com o mundo do trabalho.

O guia do estudante é um dos mecanismos mais conhecidos da atualidade no quesito informação sobre vestibular. Disponibilizado pela empresa privada Grupo Abril, é um dos portais mais completos em relação à orientação profissional, contando com uma série de notícias sobre vestibulares, feiras profissionais e mercado de trabalho, além de contar com guias de profissões, testes profissionais, guias de instituições de ensino, simulados, entre outros serviços.

Acerca do curso de pedagogia, o portal apresenta de início um texto introdutório, caracterizando a área como aquela que “[...] trata dos princípios e métodos de ensino, na administração de escolas e na condução dos assuntos educacionais.” (GUIA DO ESTUDANTE, 2013) Compreendendo que o profissional formado no curso é o pedagogo, o portal informa que a principal função deste profissional é garantir e melhorar a qualidade na educação e que possui dois campos de atuação: a administração e o magistério.

O portal foca bastante no pedagogo escolar, e quando foge desta área, inclui que nos órgãos governamentais verifica o cumprimento dos currículos diante das leis educacionais e estabelece, além de fiscalizar, a legislação de ensino no país. Porém logo retoma o viés escolar e aborda sobre o acompanhamento e a avaliação dos processos de aprendizagem e aptidões dos alunos, podendo ainda trabalhar com portadores de deficiências físicas ou intelectuais, auxiliando na inclusão social, ou ainda com a educação à distância.

Um ponto instigante no portal é o título “Fique de Olho” e logo abaixo “Cursos na mira do MEC”, falando que os cursos são supervisionados pelo Ministério da Educação (MEC) a partir das avaliações realizadas pelo Enade⁵ e pelo IDD⁶. E

⁵ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, responsável por avaliar o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação através de uma prova acerca dos conteúdos programáticos dos cursos em que estão programados.

⁶ Indicador de Diferença entre os Desempenhos tem o propósito de comparar os desempenhos dos estudantes concluintes em relação aos resultados obtidos pelas demais instituições com perfis semelhantes.

encerra dando um exemplo de curso na cidade de Assis (SP) que sofreu redução de vagas e outro em Nova Andradina (MS) que estava sofrendo processo de encerramento da oferta. Talvez possa ser apenas a critério de informação, mas é um fato curioso pois o próprio sítio eletrônico pode estar estimulando os alunos a não realizar o vestibular para o curso, uma vez que este pode estar na mira do Ministério da Educação e não possuir qualidade nas instituições que o ofertam.

Sobre o mercado de trabalho o portal divide a área de atuação do pedagogo novamente em duas: a primeira é a atuação como professor na educação infantil e nas funções administrativas, ambas em ambiente escolar público (ingressando por meio de concurso público) ou privado; a segunda é a possibilidade de emprego em espaços em que haja ação educativa, mas que não estejam inseridos na escola, apresentando exemplos como o do campo da tecnologia educacional, aonde o profissional cria, analisa e avalia materiais pedagógicos, o portal ainda informa que os contratantes, nesses casos, são as ONGs, institutos, cooperativas, redes hospitalares e grandes empresas como Coca-Cola, Natura e Banco do Brasil. E logo apresenta que o salário inicial encontra-se na faixa dos R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) para professores da educação infantil até o ensino fundamental II, segundo fonte do Sindicato dos Professores de São Paulo, apesar de ser estabelecido por lei o piso salarial no valor de R\$ 1.567,00 (mil quinhentos e sessenta e sete reais).

Logo abaixo aparece mais um título, este denominado “as melhores escolas”, sem nenhuma explicação dando conta da origem ou fonte dos nomes apresentados, e assim são dispostos mais de 30 nomes de faculdades, de forma desordenada e até um pouco confusa, que ofertam o curso de Pedagogia no Brasil. As únicas listadas no portal que pertencem ao Distrito Federal são a Universidade de Brasília (UnB), o Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), a Universidade Católica de Brasília (UCB) e a Faculdade Anhanguera. Assim desconsiderando uma série de outras instituições de educação superior presentes em todo o DF, seria a falta de informação acerca dessas outras instituições ou foi a informação passada por algum *ranking* considerado na análise?

Apesar dessa série de informações prévias sobre condições de trabalho, o portal passa a tratar do curso propriamente dito a partir da aba “Curso”, aonde relata que a transição do sistema educacional de oito anos para o de nove anos no

ensino fundamental fez com que a estrutura dos cursos de pedagogia, e que desta forma as instituições de ensino superior passaram a rever a grade curricular do curso, pois agora são obrigadas a incluir a formação de professores para as séries iniciais, exigindo o aumento da carga horária do curso. Porém, mesmo com todas as alterações, o portal alerta para a extinção total da prática bastante conhecida nos períodos do magistério, quando diz que o graduado sai dos quatro anos de curso sem nenhuma habilitação específica.

Sobre as matérias lecionadas na graduação, o portal divide-as em áreas de ciências humanas e sociais aplicadas e metodologias específicas, compreendendo a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino, princípios e métodos de administração escolar e novas tecnologias educacionais, orientação educacional, além de disciplinas optativas, que permitem ao aluno complementar sua formação em psicologia, filosofia, história ou artes. Ao final do pequeno texto alerta para as instituições que mantêm cursos com um foco específico, como o caso da arte-educação, educação indígena e educação especial, além dos cursos de comércio e administração, construção civil e eletrônica, que formam professores.

No final da página, aparece um breve resumo sobre “o que você pode fazer” com o curso de pedagogia no currículo profissional:

Administração escolar: Gerenciar os recursos humanos, materiais e financeiros dos estabelecimentos de ensino.

Ensino: Lecionar nas cinco primeiras séries do Ensino fundamental.

Educação especial: Desenvolver material didático e ministrar aulas para crianças e adultos portadores de deficiência.

Orientação educacional: Dar assistência aos estudantes com o uso de métodos pedagógicos e psicológicos.

Pedagogia empresarial: Desenvolver projetos educacionais, sociais e culturais para empresas, ONGs e outras instituições.

Supervisão educacional: Orientar professores e educadores e avaliar seu trabalho, para melhorar a qualidade do ensino.

Treinamento de recursos humanos: Desenvolver programas de treinamento para os funcionários de uma empresa. (GUIA DO ESTUDANTE, 2013)

O portal da Universidade de Brasília destina uma parte na aba “Estude na UnB” aos futuros calouros, com uma série de informações sobre os cursos e atividades conferidos pela universidade, dentre eles o curso de Pedagogia.

Em uma apresentação sucinta, de apenas quatro parágrafos, o texto divide-se em uma breve introdução, o perfil de quem exerce a profissão, e por consequente a exigida para quem pretende ingressar no curso, mercado de trabalho, e por fim considerações relevantes sobre o curso na UnB, além da localização da Faculdade de Educação e telefones e e-mails para contato com os diretores e coordenadores do curso.

O texto inicia-se com o objetivo principal do curso de pedagogia, o de formar “[...] profissionais para o Magistério de Educação Infantil e Início de Escolarização para os diferentes sujeitos da aprendizagem no Ensino Fundamental e para a gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013). Ainda no mesmo parágrafo o currículo do curso é contemplado com as informações de que é feito para a formação docente e a atuação do profissional em diferentes campos de aprendizagem como os gestores, além dos cargos hospitalares, escolares, empresariais, em movimentos sociais, organizações militares e planejamento, e de avaliação de políticas públicas para Educação Básica. Assim a formação acadêmica dos pedagogos compreendem a “[...] relação entre ensino, pesquisa e extensão, com a construção teórico e prática dos conhecimentos no campo educativo.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013) O parágrafo ainda aborda sobre a articulação do curso com outras áreas do conhecimento sociológico, político, antropológico, ecológico, psicológico, filosófico, artístico, cultural e histórico.

O texto continua, desta vez abordando o perfil do interessado em ingressar no curso de pedagogia, apresentando a primeira exigência para o ingresso nessa área: estar ciente de que o objetivo do curso é apenas um só, a educação. Nesse sentido, o texto alerta como o perfil necessário aquele do

[...]sujeito investigativo, reflexivo, criativo, crítico e interessado em gerar conhecimento, gerir e ensinar tanto no âmbito escolar como em espaços não-escolares. Alguns eixos são considerados fundamentais na construção deste perfil: significação do seu papel sócio-histórico; produzir e divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos; atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, igualitária, demonstrando consciência e respeito à diversidade; comprometer-se com a

preservação da biodiversidade no ambiente natural e construído, com sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida; gerenciar e/ou incluir-se em processos participativos de organização pública e/ou privada; buscar maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013)

Acerca do mercado de trabalho, o parágrafo inicia-se com a quebra de uma falácia sustentada inicialmente por todos os demais meios de informação sobre o curso: a fantasia de que a atuação do pedagogo resume-se a dar aulas para as séries iniciais dos ensinos infantil e fundamental. E logo comenta que a base curricular da graduação tem foco nos processos pedagógicos que se espalham por uma gama imensa de possibilidades, afirmando que esse profissional pode trabalhar em qualquer ambiente em que as relações humanas gerem os processos pedagógicos, e finaliza o parágrafo com uma frase bastante interessante, com um viés freireano nítido, “onde quer que atuem, os pedagogos são motivados pela perspectiva emancipatória da educação.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013)

Por fim, o último parágrafo comenta sobre o curso especificamente na Universidade de Brasília, que apresenta um currículo que dialoga com diversas áreas do conhecimento, dentre elas as tecnologias, a educação popular em movimentos sociais, métodos e técnicas, educação ambiental e para a saúde, porém ainda há uma série de outras que podem ser incluídas nesta lista, e que infelizmente não foram citadas. É explicado o sistema de projetos, que formam a coluna vertebral do curso, aonde está incluído o estágio obrigatório, que pode ser feito em ambientes formais e não formais de ensino, além de ser apresentada a possibilidade da realização da graduação à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Programa Pró-licenciatura.

CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PEDAGOGO

Segundo Gatti (2011), nas duas últimas décadas houve uma concentração de esforços na área de políticas públicas voltadas para a educação, que foram de encontro à uma série de necessidades emergentes da sociedade brasileira, necessidades essas das mais diversas ordens, sejam essas sociais, econômicas ou culturais, no que concerne aos direitos humanos. Como citado anteriormente, a educação é um direito social garantido perante o estado segundo a Constituição Federal de 1988.

Dentro dessas políticas organizadas em movimentos internos, sejam por organizações civis, universidades, sindicatos, iniciativas internacionais ou pelo próprio jogo político na busca de propiciar a iniciativa da “educação para todos”, que considera a educação, além de ser um direito fundamental, também é essencial para o desenvolvimento humano a fim da garantia plena de utilização dos demais direitos concedidos a qualquer ser humano.

É interessante ressaltar que diante de todas as discussões que giram em torno do tema educação, abordam que não é apenas o caso de garantir o livre acesso à educação, mas também garantir oportunidades iguais para o sucesso escolar, mesmo para os casos que necessitam de apoio e condições especiais, assim como a educação para o pleno desenvolvimento humano, que não se limite apenas às habilidades de leitura, escrita e cálculo, expandindo a personalidade humana e reforçando os direitos humanos e das liberdades fundamentais, a fim de favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre os grupos que formam a sociedade heterogênea que obtemos, e por fim, a educação de qualidade, que entra na temática abordada na pesquisa, pois para garantir que o “[...] ensino básico [...] seja comum até uma determinada idade e que promova o conhecimento e capacidades necessárias para o futuro.” (CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO, 2013) faz-se necessária a maciça formação de professores voltados para a educação básica, a fim de garantir a educação de qualidade baseada num quadro de direitos humanos e que aborde “[...] áreas recentes como a diversidade cultural, multilinguismo na educação, paz e não-violência, desenvolvimento sustentável e competências para a vida.” (CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Pautando-se nesse princípio de educação para todos, e a fim de assegurar cada vez mais uma educação de qualidade, e logo uma formação de professores para a educação básica que tenham plena ciência da realidade que os aguarda, há uma série de políticas públicas voltadas para a docência, número esse que tende ao crescimento com o passar dos anos e governos. Por meio de sucessivas gestões, procura-se

[...] aumentar os anos de escolaridade da população, investir na infraestrutura, orientar os currículos da educação básica, ampliar as oportunidades na educação superior, formar os docentes por diversos meios, deslocar a formação dos professores da educação básica do nível médio para o nível superior, desenvolver os programas de formação continuada, melhorar os livros didáticos e a sua distribuição, entre tantas outras ações políticas. Porém, o Brasil ainda está distante de uma qualidade educacional considerada razoável, sobretudo no que se refere às redes públicas de ensino, que atendem à maioria das crianças e dos jovens brasileiros. Vários são os fatores intervenientes nessa situação, entre eles a questão dos docentes, sua formação e suas condições de trabalho. (Gatti, 2011, p. 27)

Há ainda um fato curioso que chama bastante a atenção, a questão dos beneficiados pelos programas, pois analisando as políticas públicas voltadas para a carreira docente observa-se uma forte tendência a profissionalizar tanto aqueles que já estão inseridos na prática educacional quanto aqueles que estão na graduação, buscando a formação docente, porém quando o resgate de novos professores é colocado em questão, não encontra-se alguma resposta efetiva no ramo da docência como finalidade principal, o que percebe-se são programas que podem ser aproveitados, mas que não tem essa finalidade como objetivo principal.

Políticas Públicas voltadas para a Carreira Docente

Futuro docente	Em formação	Em exercício
ProEMI	UAB	UAB
Novos Talentos	PIBID	Pró-Letramento
	Prodocência	PARFOR
	Ciência sem Fronteiras	Gestar II
	Jovens Talentos	Programa Proinfantil

Tabela I: Políticas Públicas voltadas para a Carreira Docente

Diante dos dados apresentados pelo Censo Escolar realizado pelo Inep em 2009, entre os cerca de dois milhões de docentes no país, cerca de 630 mil dos imersos nas salas da educação básica não possuíam formação superior, e boa parte desses (52%) encontram-se na educação infantil, e 38% nos anos iniciais do ensino fundamental. Esses são resquícios preocupantes da reforma educacional promovida pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que, como supracitado, exige a formação em pedagogia para exercício da profissão, antes dominada pelo magistério. Segundo Gatti (2011), os cursos de pedagogia, devido a esse preocupante quadro, constituem a principal demanda para os cursos de licenciatura em serviços oferecido pelo MEC.

Apesar de ser decretado nos princípios na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério de Educação Básica (decreto nº 6.755//2009), que a formação docente é um compromisso público de Estado e que o reconhecimento da escola como ambiente para a formação docente inicial e continuada é essencial, a escassez de programas que formem novos professores torna-se um assunto cada vez mais delicado, e a situação um tanto drástica.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada com o intuito de aliar a formação de professores às práticas da educação à distância EaD), oferecendo cursos dirigidos preferencialmente a segmentos da população com dificuldade de acesso à formação superior, e acabou tornando-se uma eficiente válvula de escape para formar tanto aqueles professores que já estavam inseridos na prática escolar e que não possuíam formação adequada, quanto aqueles que pretendiam seguir a carreira docente, porém o programa acabou se preocupando com as demandas dos egressos do ensino médio que desejavam receber a formação docente, sendo extinta qualquer prática que buscasse desenvolver o gosto pela carreira docente.

Seguindo pelo viés dessa busca por desenvolver o gosto pela carreira docente está o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que apresenta-se como “[...] uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.” (CAPES, 2013) O programa oferece bolsas a alunos que estão na licenciatura, firmando assim uma parceria entre as Instituições de Educação Superior (IES) e escolas de educação básica da rede pública de ensino, assim promovendo a imersão desses graduandos na prática escolar, ofertando a oportunidade de desenvolver atividades didático-pedagógicas e

incentivando a formação de docentes para a educação básica, além das premissas de contribuir para a valorização do magistério e elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura. Porém, observa-se mais uma vez que o programa é voltado para aqueles que já fizeram a opção pela licenciatura como curso de sua formação, assim sendo mais um programa de foca-se na formação inicial de professores, não observando a necessidade da formação de novos professores para a educação básica.

Seguindo o mesmo viés do Pibid, o Prodocência aparece como um programa de consolidação das licenciaturas com a finalidade de inovar e elevar a qualidade dos cursos de formação para o magistério na Educação Básica, assim buscando a valorização da carreira docente, porém, assim como o Pibid, é um programa voltado para o nível de graduação.

Há ainda os programas que tem suas iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da pesquisa científica, que podem ser sutilmente utilizados nas licenciaturas das chamadas “ciências exatas”, que compreende matemática, biologia, física e química.

Programas como: o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras para as escolas de ensino médio, ampliando o tempo de permanência nas atividades escolares, buscando assim a garantia da formação integral, procura promover o desenvolvimento de atividades integradoras que articulam as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia através de oito macrocampos (Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Cultura Corporal, Cultura e Artes, Comunicação e uso de Mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Leitura e Letramento), não observando um foco de fato trabalhista, nem tampouco falando sobre qualquer formação docente;

O Programa Novos Talentos, que visa apoiar propostas para a realização de atividades extracurriculares com alunos e professores da educação básica que ocorrem no período de férias escolares ou em contraturno ao horário normal da frequência escolar, valorizando espaços inovadores como dependências de universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas, visando ao aprimoramento e à atualização do público-alvo e a melhoria do ensino de ciências

nas escolas públicas do país, desta forma busca sempre o fortalecimento das perspectivas científicas para o público;

O Programa Ciência sem Fronteiras, que possui o foco na consolidação, expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação por meio de intercâmbio e mobilidade internacional, totalmente direcionado àqueles alunos que buscam o viés científico e a manutenção desse *status* ante as universidades e logo a sociedade, não deixando nenhum espaço evidente para a prática docente;

Assim como o Programa Jovens Talentos, que destina-se à iniciação científica de estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento, e tem o objetivo principal de inserir esses estudantes recém-ingressos em universidades e institutos federais no meio científico, podendo esses utilizarem-se deste programa para o ingresso no programa Ciência sem Fronteiras, assim caindo no mesmo discurso anteriormente retratado acerca da prioridade científica do programa.

Estes programas deixam nítidas as impressões de que as exatas recebem ampla valorização ante as ciências humanas, e que em alguns casos tratar das dificuldades físicas em laboratório recebe maior reconhecimento à prática pedagógica aplicada à física em sala de aula, fator esse que pode ser um dos motivos pelos quais alguns daqueles alunos entrevistados pela mestrandia da Universidade de São Paulo (USP) desejem *a priori* seguir a carreira científica, e somente pensam em seguir o viés educacional caso “nada dê certo”.

Ademais, aparecem ainda aquelas políticas públicas voltadas exclusivamente para a formação continuada de professores, ou seja, programas como: o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que visa ministrar cursos de formação superior para professores em exercício nas escolas públicas, e que ainda não possuem formação adequada conforme as regras previstas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB);

O Programa Pró-letramento, que visa orientar os professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental mediante o uso de abordagens mais adequadas à faixa etária, e assim assegurar a qualidade da aprendizagem da leitura e escrita, assim como da matemática;

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II), que oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática para os professores das

séries finais do ensino fundamental, compreendendo atividades que envolvem a utilização dos materiais e conhecimentos tanto matemáticos quanto na área de linguística, a fim de aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem desses alunos;

E o Programa Proinfantil, que apesar de ser um curso à distância em nível médio, destina-se aos profissionais que já estão inseridos em sala de aula da educação infantil, creches e pré-escolas, com o objetivo de valorizar o magistério e oferecer condições para a progressão profissional daqueles que atuam na educação infantil.

3.1. Esforços Governamentais para Novos Pedagogos

Segundo Gatti (2011), diante do desanimador cenário das condições de formação dos professores e pelo próprio desempenho dos sistemas e níveis de ensino, revelado por vários processos de avaliação, reverter um quadro de falta de formação de novos professores não é processo para um dia ou alguns meses, mas para décadas.

É simples compreender a falta de apego de inúmeros jovens para com a profissão docente, acrescente-se a esse desinteresse uma série de questões políticas que condizem com a falta de motivação para com a prática docente (salários, infraestrutura, falta de plano de carreira, entre outros), provavelmente este jovem, que pensava em seguir a carreira docente abortará essa ideia ao deparar-se com tantos obstáculos e seguirá para qualquer outro ramo mais promissor. E o caso da pedagogia torna-se ainda mais grave, pois, como já supracitado, o pedagogo é apenas um licenciado, e a única certeza que um calouro tem ao ingressar no curso é que passará, em algum momento ao longo de sua formação, por alguma sala de aula, coordenação pedagógica, orientação educacional, supervisão escolar ou direção.

Então, como reverter esse processo? Ou melhor, como buscar esses jovens que ainda estão no ensino médio e torná-los futuros professores? Como fazê-los ter gosto pela prática docente? Pode-se dizer que até o início do ano de 2013 nenhuma prática do governo pautava-se na busca por novos docentes, porém essa situação parece ter iniciado o seu processo de ascensão durante o 14º Fórum de Dirigentes Municipais de Educação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de

Educação (Undime), buscou-se discutir o tema diante da situação que assola as escolas de norte a sul do país.

Essa preocupante falta de interesse na profissão docente fez com que o governo promettesse um programa, ainda sem nomenclatura definida, que pretendesse a integração curricular e oferecesse bolsas de estudo e pesquisa aos jovens secundaristas que quisessem seguir as carreiras de ciência e licenciatura, a fim de estimular essa vocação, presente em muitos, porém pouquíssima explorada e aliada às condições de vivência social e moral. Porém, mais uma vez, observa-se a tendência em tornar as ciências exatas o cargo chefe deste programas quando o Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, diz que

[...] os estudantes que quiserem estudar matemática, física e biologia terão bolsa desde o ensino médio. Eles terão um tratamento diferenciado. Por que alunos que participam de Olimpíadas de Matemática, por exemplo, só recebem bolsa na universidade? Ele vai ganhar bolsa já no ensino médio para se aprofundar. Desde cedo vamos levando ele para laboratórios, motivando para ir para as áreas exatas e formar desde jovem (TOKARNIA, 2013)

De fato, esta é uma grandiosa iniciativa para o estímulo à carreira docente, e ainda aliado aos fatos de que, segundo o Censo da Educação em 2011, faltam quase 300 mil professores no ensino básico, sendo desses a maioria físicos, químicos, matemáticos e biólogos, percebe-se a ação do programa em busca de profissionais que tampem as lacunas deixadas por aqueles que, como afirmado no início desse trabalho, deixam a carreira docente em último lugar, e seguem para os rumos do bacharelado.

Mesmo que essa política inicialmente não abrace todas as licenciaturas, onde dentre as “excluídas” encontra-se a pedagogia, é um passo importante para a realização de ações que englobem os egressos do ensino médio e crie a vontade, mesmo que às avessas, de seguir a carreira docente. Em uma sutil referência àquilo citado por Piaget (2011), não basta-nos exigir que a educação seja um processo mágico, fantasioso como “abra-te Sésamo”, é necessária a busca pela eficiência, a fim de reajustar as formações escolares às exigências da sociedade, e essa política pública, se efetivada, pode ser um passo à revisão dos métodos e do espírito de todo o ensino, muito mais do que contentar-se em apelar para simples fatores de bom-senso.

É um passo inicial para a formação de novos professores, sendo essa a grande possibilidade esperada há muito, e efetivada por diversos outros países, como a Finlândia, com sucesso. É um despertar tardio para uma série de políticas públicas de Estado que contemplem a área educacional efetivamente, claro se essa idéia for amadurecida e de fato existir, para não ser mais uma daquelas falácias governamentais que fazem parte do cotidiano da educação em período eleitoral.

CAPÍTULO IV: METODOLOGIA

4.1. Tipo de Pesquisa

Baseada no conceito de estudo de caso considerado por Laville e Dionne (1999) – que permite fornecer explicações do caso no que tange diretamente aos contextos e elementos, permitindo assim a análise, e posteriormente a conclusão, através do acúmulo de informações, e assim possibilitando o aprofundamento nas questões relacionadas com o caso – e envolvendo-se ao estudo realizado por Abramovay (2003) com alunos do Ensino Médio de diversas capitais brasileiras, esta pesquisa buscou abordar a temática trabalhada até o presente momento de forma a compreender a representação social do sujeito pedagogo para estes indivíduos, assim como os desejos dos mesmos em seguirem a carreira docente e logo a de pedagogo, a fim de comparar os dados colhidos com tudo o que fora dissertado até então.

Valore (2002) aborda a possibilidade de em um conjunto de procedimentos, que representam uma estratégia de pensamento, uma articulação de conceitos e de proposições que configura um objeto de estudo e permite que a análise da realidade dos investigados possa estabelecer o método em Orientação Vocacional mais adequado para perguntar-se acerca do seu objeto e identidade vocacional.

A pesquisa foi realizada junto a 53 alunos de diferentes turmas dos 1ºs, 2ºs e 3ºs anos do Ensino Médio do Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO), localizado na 713/714 sul. Essa escola foi escolhida devido à maior facilidade no acesso à escola, uma vez que, já foram realizados outras pesquisas e projetos de OVP (Orientação Vocacional Profissional) em anos anteriores. Além disso, em termos de diálogo a visitação à escola, havia o contato da coordenadora e da vice-diretora da escola, o que facilitaria mais ainda o diálogo para disponibilizar horários entre a pesquisa e a escola.

A priori, ocorreu um diálogo com a coordenação, a fim de mostrar a intencionalidade da pesquisa e de que forma essa se procederia, sendo que, durante o dia marcado os alunos estavam montando a festa julina e a gincana, o que

poderia dificultar a distribuição e respostas à pesquisa, fato este que não ocorreu, e ainda assim a pesquisa não atrapalhou as atividades previstas para os alunos.

A apresentação inicial da pesquisa contemplou, de forma sintética, a importância da formação de novos professores, e logo de novos pedagogos, uma vez que havia a indagação pré-pesquisa de que poucos responderiam “sim” nas perguntas que giravam em torno da pretensão pela formação docente, e assim montar um diagnóstico sobre o porque ainda persistir na carreira e prestar o vestibular para o curso de Pedagogia, aquele que possui apenas licenciatura, ou seja, aquele em que o aluno compreende desde o primeiro dia de aula que o destino dele é algum espaço que envolva a educação, realidade esta que ele conviveu por diversos anos em sua própria formação básica.

A coordenação concordou com a proposta, uma vez que, havia o conhecimento da pesquisa da mestranda da Universidade de São Paulo (USP), e que em conversas informais e em outros trabalhos anteriores de Orientação Vocacional Profissional (OVP) realizados por um grupo da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), muitos dos alunos não demonstravam o desejo de seguir carreira docente, reflexo real disso eram as constantes aprovações dos egressos da escola em diversos cursos na UnB, por[em a maioria destes não eram na carreira docente.

4.2. Instrumento de Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada, como supracitada, através de um questionário composto por seis perguntas de cunho social e mais cinco perguntas que focavam nos objetivos da pesquisa.

De acordo com Gil (2008) e Minayo *apud* Deslandes (1994), o questionário pode ser delimitado como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos. Assim posteriormente, estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmando ou não os pressupostos da pesquisa através das respostas fornecidas às questões formuladas, e por fim ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

As perguntas sociais eram todas de marcar x e perguntavam: sexo, idade, estado conjugal, auto identificação de cor, pessoas com as quais moram e grau de escolaridade dos pais/responsáveis. Já as perguntas direcionadas perguntavam a utilidade do ensino médio para o estudante, o desejo desse de tornar-se um professor, a participação em programas de incentivo à docência ou ciência, a representação pessoal do pedagogo, o conhecimento de algum profissional do ramo e o desejo em tornar-se um pedagogo.

A formatação escolhida para as perguntas direcionadas surgiu a partir de uma ideia ousada em deixá-las discursivas, diferentemente do esperado para este tipo de pesquisa, uma vez que a pretensão era deixá-los livres de qualquer influência prévia, principalmente no que discernia acerca da profissão pedagogo – uma vez que baseada em vivências anteriores, muitos alunos não sabiam exatamente como era a formação do pedagogo, assim como a sua área de atuação e suas atividades – para que as respostas deles fossem relatadas com a maior sinceridade possível, desta forma enriquecendo a pesquisa.

Assim conseguiria trabalhar as respostas à luz dos ideais interdisciplinares tão proclamados e discutidos na Faculdade de Educação. Para tanto, contribuíram majoritariamente na eficiência do trabalho as disciplinas de Orientação Vocacional Profissional, Orientação Educacional, Tópicos Especiais em Orientação Educacional, Didática Fundamental, Pesquisa em Educação I, Projeto I – Orientação Acadêmica Integral, Projeto II – Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, Projeto III – Projetos Individualizados e Projeto IV – Projetos Individualizados de Prática Docente. Assim como as práticas acadêmicas realizadas durante a Mostra de Cursos da Semana Universitária, a participação em grupos de pesquisa como o “E Agora Vestibular?” – que realizou atividades junto aos alunos do Centro de Ensino Médio Setor Oeste e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – além das práticas de orientação vocacional profissional realizadas junto do Observatório da Juventude da Universidade de Brasília.

Cabe ainda destacar que a característica do questionário aplicado, além de vislumbrar a articulação entre a teoria e a realidade, tinha ainda a intencionalidade de buscar a congruência entre os resultados e a temática das Políticas Públicas para a Formação de Futuros Pedagogos, assim como contemplar para fins analíticos a dimensão da visão que os alunos alvos têm com relação à

escola enquanto instituição que abriga professores, alguns com formação em pedagogia, assim como ponto inicial de boa parte da prática docente, seja durante a graduação ou posterior à formação.

Atentando para estes requisitos pré-estabelecidos como fundamentais para a carreira acadêmica e ainda contemplando um adjutório para a satisfação de demandas contemporâneas, optou-se por executar o questionário atentando-se às diversas situações propostas pelos alunos, como comentários adversos nos papéis ou presenciais, fosse com a pesquisadora, com demais colegas ou até mesmo com professores.

CAPÍTULO V: ANÁLISE DE DADOS

5.1. Perfil Social dos Participantes

Dos 53 entrevistados, como observa-se no gráfico I (abaixo), a maioria pertencia ao gênero feminino (70%), enquanto a menor parcela (30%) ao gênero masculino.

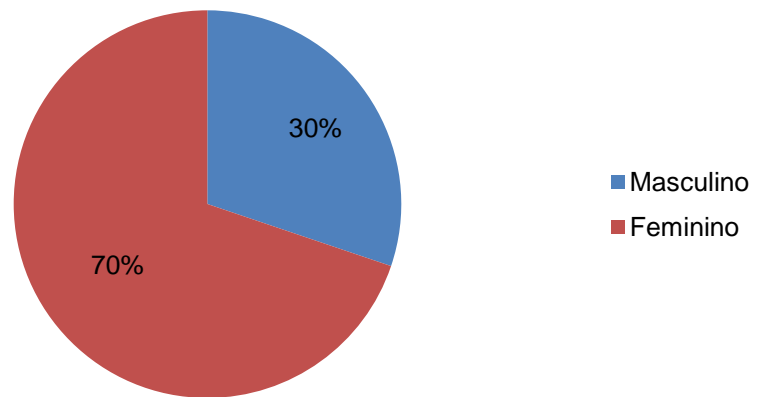


Gráfico I: Gênero dos participantes da pesquisa

A maior parcela dos entrevistados, conforme visualiza-se no gráfico II, encontra-se na faixa entre os 16 e 17 anos de idade, seguidos pelos que possuem entre 14 e 15 anos, e posteriormente entre 18 e 19 anos, sendo que dois entrevistados não responderam a idade.

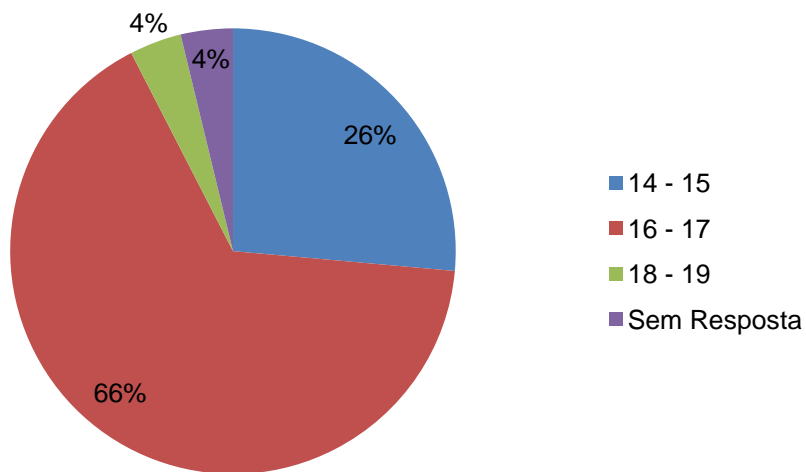


Gráfico II: Idade dos participantes da pesquisa

5.2. A licenciatura sob os olhares dos participantes

Antes de iniciar as perguntas direcionadas à profissão docente, a fim de saber a opinião dos alunos acerca do seu exercício, utilizei mais uma pergunta realizada por Abramovay (2003) para introduzir o tema. Afinal, como estes indivíduos estão inseridos no ensino médio, é importante saber o que eles estão fazendo com essa escolarização, quais os seus objetivos, a finalidade do ensino médio, a função que desempenha durante esse período que transita entre o ensino fundamental e o superior, e principalmente qual a identidade que atribuem ao Ensino Médio.

Desta forma pode-se afirmar que é a partir deste momento em que as percepções dos atores pesquisados são reveladas, e mostram as características atribuídas ao ensino médio, que podem ser complementares ou não.

Isto é, para alguns, deve-se privilegiar apenas uma finalidade, em detrimento das outras, o que está intimamente ligado aos projetos pessoais dos atores entrevistados. Já para outros, o ensino deveria perseguir concomitantemente todas elas. (ABRAMOVAY, 2003, p. 162)

Assim, as respostas, e comentários realizados durante a realização do questionário, como exposto no gráfico III, demonstraram a preocupação desses jovens com a formação ampla no ensino médio, ou seja, que possibilite esses alunos exercerem sua cidadania, “[...] tanto em relação ao exercício de uma profissão, quanto para encarar os problemas que são impostos pela vida.” (ABRAMOVAY, 2003, p. 199)

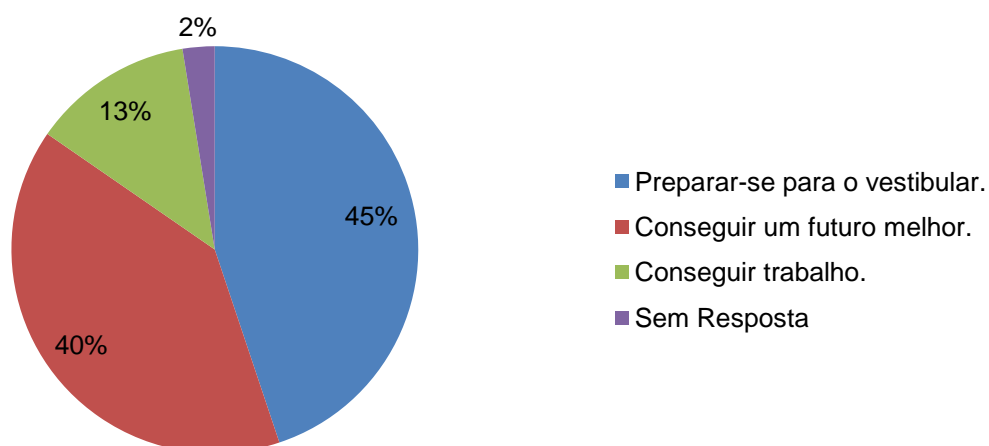


Gráfico III: Para você, o Ensino Médio serve para o quê?

Ao encontrar como resposta a maioria respondendo “preparar-se para o vestibular”, compreende-se a importância atribuída ao ensino médio como decisivo para o sucesso do ingresso no ensino superior.

Abramovay (2003) afirma que a animação e vontade de conclusão desse período escolar não está diretamente ligada com o fato de adquirir um diploma de conclusão do nível médio, mas sim a busca por uma diferenciação social mediante a inserção no mundo universitário.

Analisando o segundo item mais votado (“conseguir um futuro melhor”) e unindo-o ao primeiro mais votado, compreende-se que o ensino médio serve para preparar este aluno a ingressar no ensino superior, podendo escolher uma carreira para seguir e ser um bom profissional no futuro, entendendo que o sucesso do egresso do ensino médio no mercado de trabalho tem como pré-requisito uma formação de nível superior.

Desta forma, observa-se a importância e o significado que o ensino superior carrega para esses jovens, que utilizam o ensino médio como essencial para chegar a esse objetivo final e concentram todos os seus esforços na consecução desse objetivo, resultando na busca incessante pela aprovação deste aluno no vestibular, fator determinante para o sucesso do ensino.

Assim, torna-se possível adentrar no assunto principal desta pesquisa: a escolha profissional. O interesse profissional pode ser definido como

atração, preferência, gosto; sentimento de satisfação por determinado tipo de atividade. Sua medida implica descobrir grau com que o indivíduo prefere essa atividade, ou um certo gênero de atividades em detrimento de outras, sem implicar, contudo, ação executiva na direção dos interesses existentes. (SANTOS *apud* BOCK, 2006, p.30)

Ao perguntá-los sobre o interesse pela atividade docente, encontrou-se a seguinte divisão:

Você seria um professor?	
Sim	18
Não	35

Tabela II: Referente ao interesse na carreira docente

Quando cerca de 70% dos participantes de uma pesquisa sobre interesse na prática docente respondem negativamente a essa possibilidade, acaba-se compreendendo que as mazelas da educação atingem em cheio o gosto desses alunos, e os desestimulam a seguir a carreira, provavelmente por estarem inseridos nesse contexto diariamente e terem bastante experiência negativa no meio escolar.

Freire (1986) diz que o modelo tradicional de aprendizado faz com que os alunos não esperam momentos de prazer na aprendizagem, ou de paixão, inspiração e talvez até comédia, ou até que a educação esteja intimamente ligada às condições reais da vida, esperando-se assim então que apenas a voz monótona do professor seja aquilo que preencha o período da aula. Assim, os alunos tem motivos excedentes para o desinteresse na profissão, um universo de problemas conhecidos por todos os atores envolvidos com a educação, conforme observa-se no gráfico IV.

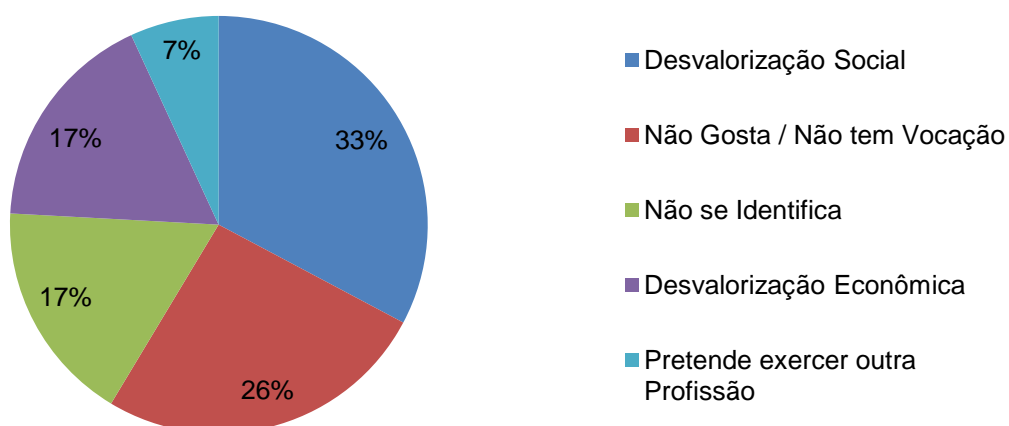


Gráfico IV: Motivos pelos quais não seguir a carreira docente

Obtendo-se respostas desde daquelas de cunho da desvalorização social, aquelas que alegam que a profissão é chata, cansativa, complicada, que exige muitas responsabilidades dos profissionais e ocorre diante de más condições, passando pela tão reportada desvalorização econômica, até chegar àquelas respostas que consideram o fato da identificação profissional com outra área, que não a docente. Podemos traçar os motivos pelos quais não seguir a carreira, mas ainda tem aqueles 18 que responderam que gostariam, mesmo diante da vivência diária com a docência, estes ainda dispõem-se a seguir a carreira, mas por quê?

Bock (2006) diz que a experiência escolar não é entendida como fundamental para a decisão profissional, apesar de importante na decisão, assim o aluno demonstra compreender que as aproximações e afastamentos das disciplinas curriculares são mediadas por uma série de circunstâncias, que vão desde empatia com o professor até o conteúdo relacionado, passando pela didática utilizada, tudo isso sem contar com o grupo ao qual ele vivenciou esses momentos, tornando-se praticamente histórico para aquele sujeito, e desta forma pode contribuir para a construção da identificação com a carreira docente.

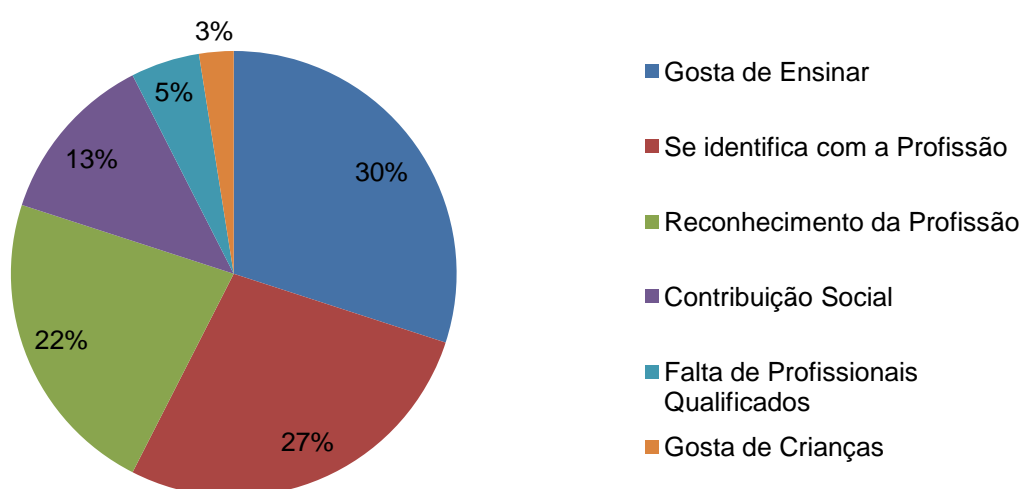


Gráfico V: Motivos pelos quais seguir a carreira docente

Como pode ser observado no gráfico V, o gosto pela educação aparece quase no mesmo nível da identificação com a profissão. A identidade ocupacional, segundo Lisboa (1997) está diretamente ligada à identidade pessoal, sendo possível a interação entre o “eu” e a profissão, enxergando-se diante das experiências, sentimentos, fraquezas, habilidades e competências que tornam-se possíveis diante da prática docente diária.

Os três outros pontos abordados são os mais curiosos, pois, é interessante observar a consciência de alguns alunos quando citam que seguiriam a profissão por reconhecerem que a carreira docente é essencial para a vida humana,

e desta forma também desejarem contribuir socialmente para as gerações futuras. Analisando essas duas respostas por uma ótica Freireana⁷ percebe-se claramente a vontade pela pedagogia emancipadora, que passa primeiramente pela compreensão de que a educação é um direito social agregado a todos, como já supracitado, e como reflexo da busca por esse direito ser igualitário, há o compromisso com as lutas de classes no âmbito da defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social em busca do bem estar humano.

O processo de emancipação se propaga também com a força de um grupo em ver um mundo melhor, mais justo e menos desigual, desta forma pessoas que acreditam que o educador pode transformar a realidade de outras pessoas contribuem para a preservação deste direito a todos.

Quando alguns participantes da pesquisa apontam para a falta de profissionais qualificados para a prática docente, há duas formas de analisar essa resposta: seguindo pelo viés de descaracterização do tradicionalismo presente nas escolas, ou seja, quando o aluno encontra-se desconfortável com aquela forma de ensino-aprendizagem e por isso mesmo deseja seguir a carreira para mudar a educação de forma libertadora, ou pelo viés da falta de qualificação profissional presente na formação dos seus próprios docentes.

Seguindo pela primeira linha de pensamento, pode-se citar Freire (1986), que se refere aos ambientes tradicionais como aqueles que seguem o currículo padrão, sem quaisquer estímulo do pensamento crítico, que limitam à prática de “adestramento educacional”, aonde apenas se estimula o aluno para fazer o planejado, limitando a ação de ambos. Desta forma, não seria difícil compreender a sede por uma docência libertadora advinda de um estudante que deseja seguir a carreira apenas para ser o sujeito que receberá a característica de libertador, que acima de tudo têm compreensão de seu poder, e acabar por contestar o *status quo*,

⁷ Referindo-se à Pedagogia desenvolvida por Paulo Freire [1921-1997], que tem por base o diálogo da educação para a emancipação. Freire diz que o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os "argumentos da autoridade" já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tão-pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

principalmente em quaisquer questão ligada à dominação, que se mostra aberto à discussões e a escutar o aluno, uma vez que, para o autor, professor e aluno aprendem, simultaneamente, a partir de suas experiências, este profissional também procura uma visão crítica de mundo vinda de seus alunos, os fazendo ir a fundo em sua imaginação e se baseando nas leituras de textos.

A segunda linha caminha pelo viés curricular da formação docente, que mesmo desconhecida pelos alunos entrevistados pode ser conferida na prática dos seus próprios professores, desta forma a didática não se encaixa perfeitamente àquilo que o currículo deveria proporcionar, isso quando o currículo regular não os desaponta, entediando seus estudantes.

Desta forma, perceber que a falta de professores qualificados é uma motivação para seguir a carreira parece ser um dos grandes desafios assumidos por esses alunos que, mesmo diante desta grandiosa barreira, escolhem ultrapassá-la.

Por fim, o fator gostar de crianças é uma resposta clássica percebida na escolha pela carreira docente. Algumas pessoas compreendem o fato de gostar de crianças como um atributo de caráter para a pessoa ser vista com "bons olhos" pelos valores que imperam nos relacionamentos interpessoais, logo gostar de crianças assemelha-se ao fato de ter "bom coração", e, portanto cuidar dessas crianças torna-se uma atividade enobrecedora. Não que o fato de gostar de crianças não seja importante para a prática, mas seria fundamental? Seriam as crianças apenas as beneficiadas pela educação? O futuro da nação não é constituído apenas por crianças, há adolescentes, jovens e adultos que são beneficiados com o direito à educação.

A fim de descobrir se esses alunos já possuíam algum tipo de vivência com algum dos programas destinados ao Ensino Médio, obtivemos um dado importante, e por que não dizer preocupante?

Você participa, ou já participou de algum programa de incentivo à formação de professores ou cientistas?	
Sim	5
Não	48

Tabela III: Acerca da participação em programas de incentivo à docência ou ciência

Dos cinco alunos que disseram já terem participado de algum programa de incentivo à docência ou ciência, apenas um respondeu à pergunta referente à experiência com o programa – os demais não responderam ou não souberam responder, utilizando a frase “não sei” – dizendo que participou de um programa de iniciação científica, mas sem dar grandes detalhes.

5.3. A pedagogia como escolha profissional

A partir da terceira pergunta o foco torna-se o pedagogo, aonde se atinge todas as esferas de compreensão do por que ser um pedagogo. A partir desse ponto a pesquisa acaba contemplando tanto a identidade do profissional até o desejo de tornar-se um.

A primeira pergunta feita a partir do tema é acerca da representação social do pedagogo, uma pergunta bastante simples “Para você, o que é um pedagogo?”, as respostas podem ser conferidas no gráfico VI.

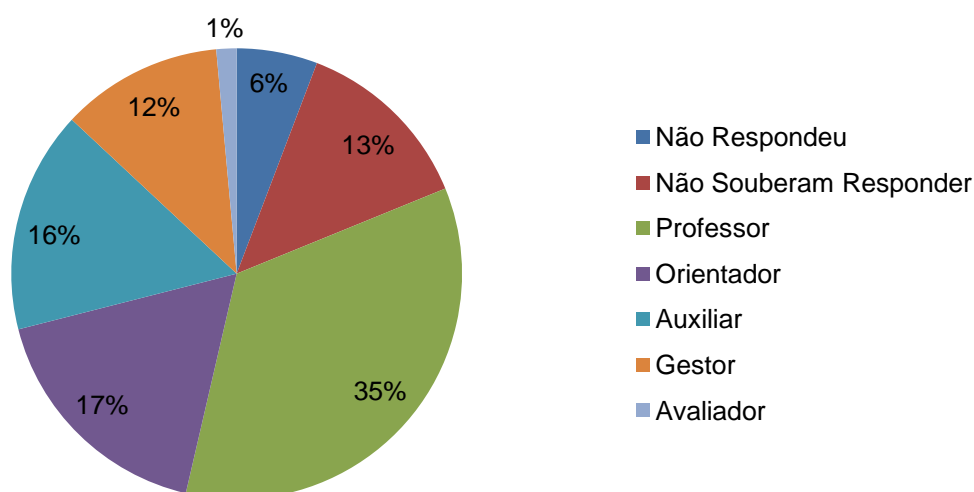


Gráfico VI: Para você, o que é um pedagogo?

Como já supracitado, o pedagogo parece não ter uma identidade firmada para a sociedade, reflexo disso é a gama de respostas encontradas por aqueles que responderam à pergunta. Em primeiro lugar que essa pergunta não foi simples de ser respondida para os alunos, muitos tentavam arrancar alguma resposta dos professores e até mesmo da pesquisadora, e quando todos permaneciam silenciosos, pedindo que os próprios alunos tentassem construir esse profissional dentro de suas memórias e vivências, muitas respostas eram “não sei”, e quando ainda assim instigados, acabaram por dar respostas simples, com certa dificuldade.

Enquanto boa parte respondeu que era um professor, muitas vezes ligado à prática docente na educação infantil e, em alguns casos, séries iniciais do ensino fundamental, e partindo pela mesma linha de raciocínio, houve aqueles que

responderam auxiliar, caracterizando o pedagogo como auxiliar de sala – algo comum nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil – mas também como auxiliar da equipe gestora, porém sem explicitar claramente a tarefa desse sujeito tanto em sala quanto na gestão da escola.

Há ainda aqueles que enxergam o pedagogo como gestor, englobando diretor, coordenador e supervisor, e orientador. Essa percepção de gerência estar ligada intimamente ao pedagogo pode ser um reflexo da nomenclatura utilizada por algumas escolas à essa equipe: a coordenação pedagógica. Desta forma, muitos dos alunos acabam associando o local de trabalho à profissão, assim compreendendo que para ser membro dessa equipe precisa ser um pedagogo.

1% dos alunos entrevistados disseram que o pedagogo avalia a escola, garantindo o seu funcionamento pleno. Esta tornou-se uma percepção agregada ao pedagogo de forma interessante, pois apesar de ser a avaliação uma prática social ampla, pela própria capacidade que o ser humano tem de observar, refletir e julgar, na escola sua dimensão não tem sido muito clara, esta prática vem sendo utilizada ao longo das décadas como atribuição de notas, visando a promoção ou reprovação do aluno.

Ter a percepção de que o pedagogo é um avaliador, agrega o julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão, assim implicando em um juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando, conseqüentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo. Assim este pedagogo, assumindo a posição de avaliador da educação, dirige-se ao sistema em seu conjunto quer a qualquer de seus componentes, corresponde a uma finalidade que, na maioria das vezes, implica tomar uma série de decisões relativas ao objeto avaliado.

Pelo fato de nem sempre o professor ter definido os objetivos que quer alcançar com seus alunos, a avaliação muitas vezes tem sido utilizada mais como instrumento de poder nas mãos do professor, do que como *feedback*⁸ para os seus

⁸ *Feedback* é uma palavra de origem inglesa que significa **realimentar** ou **dar resposta** a alguma reação, podendo ser positivo ou negativo.

alunos e para o seu próprio trabalho. Na realidade, é comum ouvir dos professores, os famosos "chavões" sempre indicando o desempenho ruim de alguns alunos, esquecendo-se de que esse desempenho pode estar ligado a outros fatores que não só o contexto escolar.

Quando questionados sobre o que o pedagogo fazia, muitos alunos desenvolveram pequenos textos que condiziam com a realidade profissional daquele sujeito que eles imaginaram e transferiram para o papel, porém uma pequena parcela (3%) respondeu que o pedagogo “forma cidadãos”, como pode ser observado no gráfico abaixo.

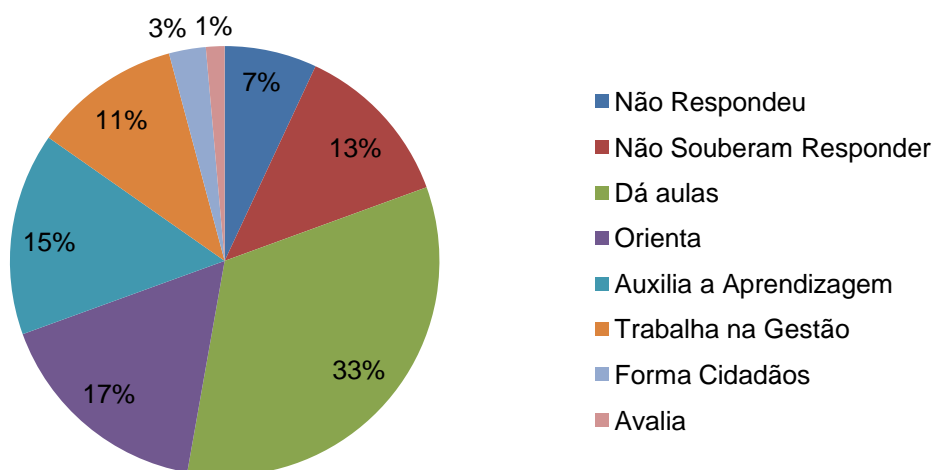


Gráfico VII: O que o pedagogo faz?

Essa visão agregada à educação como prática humana e social naquilo que modifica os indivíduos e os grupos em seus estados físicos, mentais, espirituais e culturais. Sendo o pedagogo aquele que estuda o processo de transmissão do conteúdo da mediação cultural que se torna o patrimônio da humanidade e a realização nos sujeitos da humanização plena. Uma visão interessante para um aluno secundarista, seguindo a percepção freireana já abordada anteriormente, observando a criação de consciência acerca de sua própria geração e das gerações futuras, algo primoroso de perceber-se.

Questionados sobre o local de atuação do profissional em questão, uma parcela exorbitante foram enfáticos na resposta: Em escolas, demonstrando o conhecimento, ou assimiliação, desses jovens para com a relação estabelecida

entre o o pedagogo e o ambiente escolar, ligando esse resultado àquele oferecido na pergunta anterior. Porém, ainda houve uma pequena quantidade de indivíduos que disseram que esse profissional poderia trabalhar em outros espaços, como hospitais e órgãos públicos observando a formação multicultural que o pedagogo recebe, capacitando-o para trabalhar em áreas que trabalhem com a educação, que podem não estar necessariamente inseridas na rotina escolar, desta forma, esses jovens dão indícios da percepção referente à valorização e necessidade do trabalho pedagógico para além dos moldes tradicionais proporcionados pela educação formal. É interessante, porém, considerar que os alunos que colocaram como resposta outros espaços possuem vivência direta com algum pedagogo não-escolar, sejam mães, pais, primos ou outras pessoas que conheçam e que trabalham nesses espaços, como poderá ser conferido posteriormente.

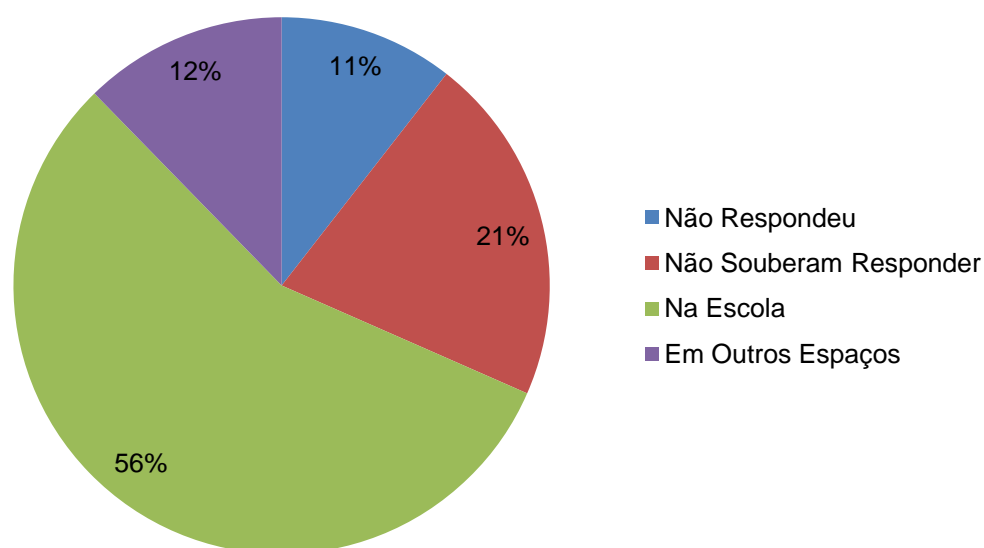


Gráfico VIII: Onde o pedagogo atua?

Esse é um fenômeno perceptivo que vai aos poucos sendo assimilado pela sociedade, a de que o pedagogo pode ocupar – e está ocupando – outros espaços, fruto disso são as considerações feitas por guias, como já anteriormente citado, e que acabam sendo reproduzidas pelos alunos em pesquisas semelhantes à realizada.

A segunda pergunta relacionada ao profissional pedagogo perguntava sobre a relação estabelecida entre o participante da pesquisa e o profissional. Essa pergunta é pertinente, pois pode ser relacionada com a questão da influência, já bastante citada neste trabalho. Bock (2006) diz que a influência, galgada nas abordagens tradicionais que as concebem, faz parte da socialização do indivíduo e de sua constituição como sujeito, assim participando da construção de interesses e habilidades, bem como das características de personalidade.

Assim, descobrir a aproximação entre os indivíduos e o profissional pedagogo era importante para compreender as respostas da pergunta subsequente.

Você conhece algum pedagogo?	
Sim	29
Não	24

Tabela IV: Acerca da proximidade com algum pedagogo

Àqueles que responderam “sim” fora acrescida uma pergunta referente ao local de onde eles se conhecem. Obtiveram-se as seguintes respostas:

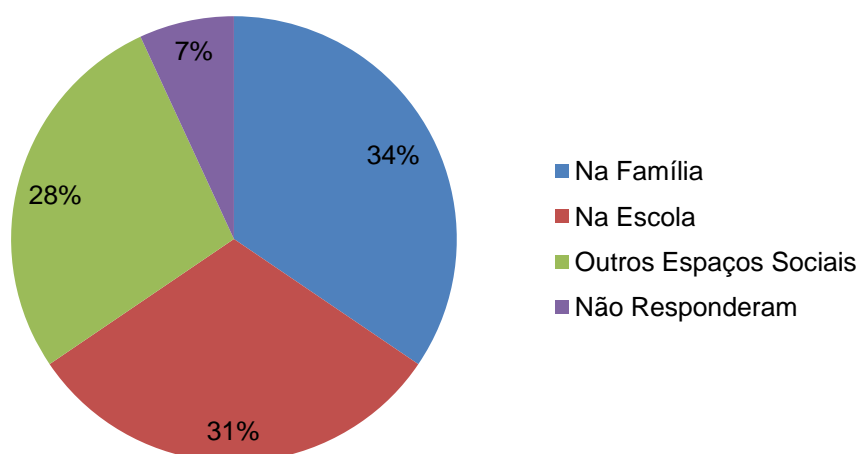


Gráfico IX: Conte mais sobre quem é, e como o conheceu

Muitos dos que responderam “na família” complementaram a resposta com “minha mãe”, um caso colocou “meu pai”, porém boa parte colocou “minha prima”. Essa proximidade familiar com um pedagogo pode seguir dois caminhos: o do estímulo profissional em seguir a carreira, uma vez que ainda mantém-se a ideia de “tradição familiar”; ou o da repulsa profissional, exatamente pela proximidade com o profissional, principalmente em casos de pais e filhos, aonde a vivência com os bônus e os ônus adquiridos por aquele profissional tornam-se parte do cotidiano familiar.

Aqueles que responderam “na escola” dividiram-se entre “o diretor” e “a orientadora”, que são formados em pedagogia, e que trazem uma grande questão à tona: se ambos são apenas alguns exemplos dos tantos pedagogos presentes na escola, por que houve tantas respostas “não”? Será que os alunos não conhecem o perfil da equipe que constitui a escola? Ou será que os alunos não são estimulados por esses sujeitos a seguirem as mesmas carreiras?

Por fim, aqueles que foram enquadrados na categoria “outros espaços sociais” responderam que eram vizinhos, amigos, ou que conheciam um pedagogo através de um terceiro, como o caso de uma participante que disse que acompanhava a prima nas atividades realizadas por uma psicopedagoga.

Chegando na pergunta final, aquela que entrelaça toda o referencial teórico apresentado neste estudo, a pergunta central deste trabalho: “Você seria um pedagogo?”.

Como já esperado, boa parte dos participantes respondeu “não”, e em comparação aos 18 que responderam que gostariam de seguir a carreira docente, apenas 10 gostariam de seguir a profissão de pedagogo.

Você seria um pedagogo?	
Sim	10
Não	42
Não Respondeu	1

Tabela V: Você seria um pedagogo?

Aqueles que responderam não à pergunta utilizaram por muitas vezes as mesmas justificativas para não seguir a carreira docente. Porém, apareceram ainda outras respostas como “Não gosta de ensinar”, “Não gosta de lidar com o público”, “Dificuldade com o conteúdo abordado”, “Não gosta de crianças” e “Não gosta de lidar com problemas”, como pode ser verificado no gráfico X. Essas respostas acabaram não entrando na categoria “desvalorização social”, pois apareceram apenas nessa pergunta e com uma certa frequência, o que pode caracterizar uma visão diferenciada dos alunos para com o pedagogo, distanciando-o do professor.

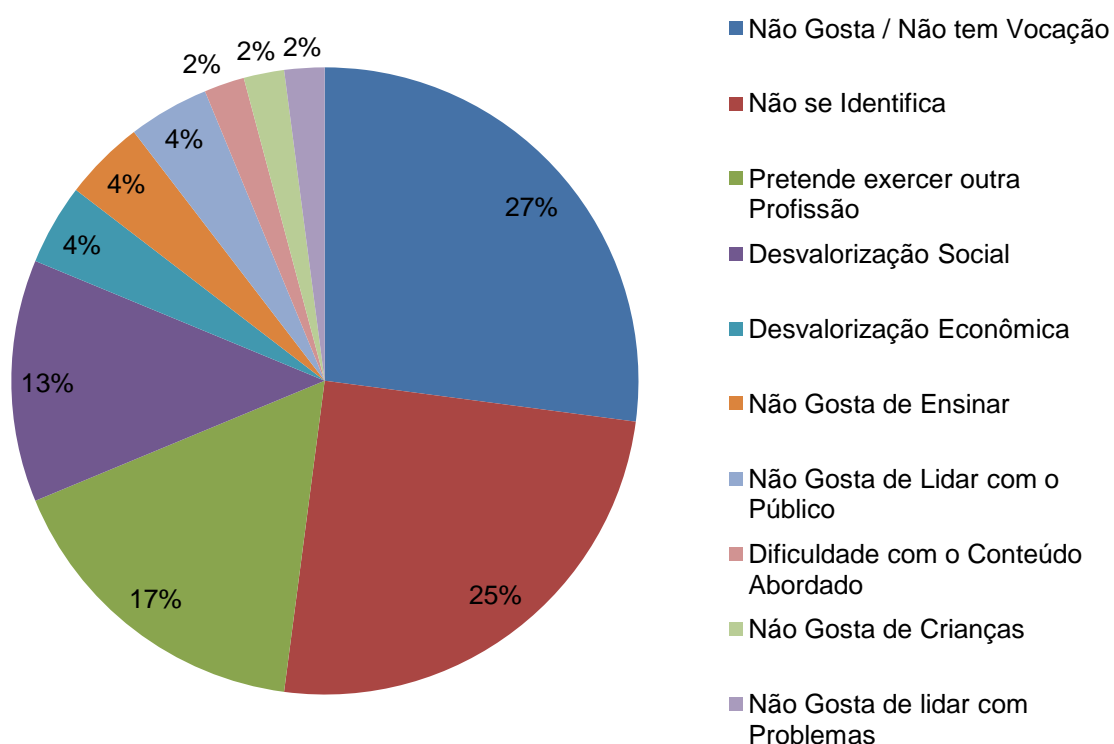


Gráfico X: Por que não ser um pedagogo

Observar respostas como “Não gosta de ensinar” e “Dificuldade com o conteúdo abordado” reflete diretamente na relação professor-aluno diante do ambiente escolar. Há uma série de caminhos que podem estar chegando a essas respostas, desde problemas sociais a distúrbios de aprendizagem, como as pessoas não estão capacitadas para lidar com as diferentes habilidades, inteligências e ritmos de cada aluno, esses logo acabam não se encaixando no padrão, e pelo fato de não conseguirem aprender determinado conteúdo acabam transferindo esse

fracasso para a atividade, desta forma eles acabam por desistir da carreira docente, por não acharem-se “tão bons quanto o resto da turma”, ou “sou preguiçoso”, “não gosto de estudar”, até que chegam às respostas como “tenho dificuldade para entender o que o professor fala”.

Quando a resposta toma um caráter social, como “Não gosta de crianças” e “Não gosta de lidar com o público”, podemos presenciar mais uma vez a ligação da pedagogia com crianças, o que pode rotular de certa forma a profissão, porém como citado anteriormente, a pedagogia não trata apenas com crianças, mesmo que seja comumente limitada à educação das crianças.

Quando se trata da segunda resposta, o fato de não saber lidar com o público é mais uma vez um reflexo do cotidiano social, intimamente ligado à timidez, ou alguma deficiência na fala, ou dificuldade em se expressar, e dessa forma o aluno descarta logo a possibilidade de tornar-se um profissional que lida diretamente com o público, dentre elas a de pedagogo que normalmente lida diretamente com pessoas.

Aqueles que responderam “Não gosta d/e lidar com problemas”, geralmente assimilaram a profissão de pedagogo com a de orientador, que possui a característica de “psicólogo escolar” para os alunos, e logo compreende-se por que não ser um pedagogo, exatamente para não lidar com essa característica de psicólogo do meio educacional. Porém o Orientador Educacional dado como competente é aquele que define o seu papel político-pedagógico na escola, a partir da compreensão crítica da relação entre a escola e a sociedade, que surge da captação do movimento que se dá internamente na escola concreta e da sociedade global, quebrando esse pragmatismo imposto de “psicólogo”.

Adentrando o espaço daqueles que responderam sim, boa parte, mais uma vez utilizou as justificativas dadas à profissão docente, porém, como o ocorrido no caso daqueles que responderam “não”, houve o acréscimo de mais duas respostas “É uma opção” e “Gosta de Ajudar os outros”, como se observa no gráfico XI.

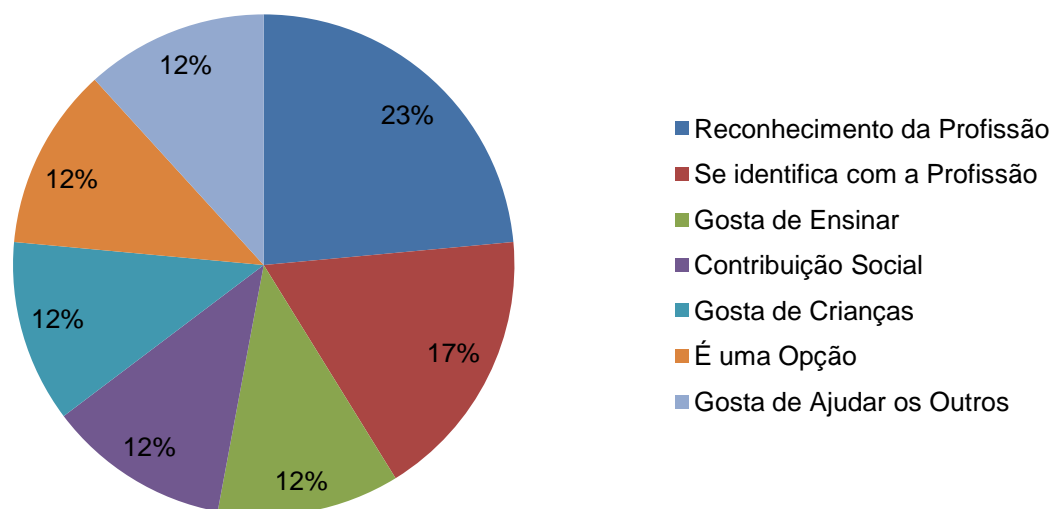


Gráfico XI: Por que ser um Pedagogo

Quando 12% dos alunos colocam que a pedagogia “é uma opção” para a ascensão profissional, entende-se que esses indivíduos ainda estão no processo de escolha profissional. Bock (2006) diz que a escolha profissional não acontece em função do suposto “amadurecimento biopsicológico” do indivíduo, mas sim da cultura educacional e profissional de uma classe ou sociedade. Ou seja, a busca pela clareza das profissões disponíveis, e mais, das vocações do indivíduo, que acabam por calhar na escolha profissional, dá-se através da escolarização, do processo de introspecção e organização de idéias, isto significa que esses alunos estão no momento de elaboração de projetos, com a intenção de realizá-los.

Ao observar que outros 12% dos alunos respondeu que seguiria o rumo da pedagogia por “gostar de ajudar os outros” percebe-se a ligação entre o ato de educar e ajudar, intimamente conectados por teóricos como Vygostky⁹, Freire¹⁰ e Montessori¹¹.

⁹ **Lev Vygotsky** [1896-1934] pensador das interações sociais como fator essencial para o desenvolvimento humano.

¹⁰ **Paulo Freire** [1921-1997] pensador da pedagogia, desenvolveu importantes trabalhos na área da educação popular.

¹¹ **Maria Montessori** [1870-1952] educadora que desenvolveu o método Montessori de aprendizagem.

Nesse sentido o ato de educar ultrapassa a barreira tradicionalista em que o pedagogo – sendo esse conceito facilmente utilizado para professores – repassa as informações necessárias ao educando para trilhar o seu caminho, sempre supervisionado pelo professor e julgado se certo. O pedagogo assume o papel de ajudar o aluno a tomar consciência de si, dos outros e logo da sociedade em que vive, assim sendo capaz de compreender o seu papel dentro do seu ambiente como um todo e analisando os seus defeitos e qualidades, sempre refletidos nas suas atitudes e percebidos com o auxílio do profissional, que por sua vez oferece as ferramentas que auxiliem o indivíduo a escolher o seu caminho.

Essa visão de que o pedagogo é a peça chave no processo de educação, o que o une àqueles que acreditam na educação para a transformação, e transforma esse profissional como elemento essencial para a manutenção do direito garantido a todos, faz com que esses indivíduos acreditem na possibilidade do desempenho de uma prática efetiva de educação positiva, aquela que eles esperam no seu cotidiano, e que provavelmente não recebem, e obtém-se mais uma vez a relação entre aquele ser que quer seguir a profissão a fim de colocar todas as suas frustrações nela a ponto de modificá-la, da mesma forma como Freire refere-se à educação libertadora.

Desta forma a afetividade é o caminho que estreita a relação professor-aluno, construindo através de sentimentos, afetos e intuições vivenciadas cotidianamente, o conhecimento.

O indivíduo precisa de estabilidade emocional para se envolver com a aprendizagem, e o afeto pode ser uma maneira eficaz de se chegar perto deste ser como um caminho estimulador e enriquecedor para se atingir uma totalidade no processo do aprender, quando há um aprendizado de fato.

Assim a percepção de que o pedagogo torna-se responsável por ajudar os demais, e encontrar-se com esse perfil, é mais um reflexo do sentimento de educador emancipador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ligar todas etapas de realização desse trabalho, pode-se concluir acerca do ponto central que originou esse estudo. Diante das políticas públicas, da prática e da teoria, por que ser um Pedagogo?

Antes de querer tornar-se um pedagogo, o secundarista deveria ter a oportunidade de conhecer esse profissional, compreendendo *quem é, o que faz e aonde atua de fato*, muitos dos participantes da pesquisa nem ao menos sabiam quem era esse profissional, e por isso mesmo muitas vezes respondiam que não seguiriam a profissão porque não tinham um conhecimento farto na área. Considerando-se que esses indivíduos estão inseridos num contexto escolar, e que o principal loco de atuação dos pedagogos é a escola, não seria esse o momento de repensar as atitudes dos pedagogos nas feiras de profissões destinadas a esses, e outros, alunos?

Após a definição prática de *quem é o pedagogo*, ultrapassando as barreiras de “cientista da educação”, e chegando a compreender de fato quem é esse indivíduo, qual é a sua função social, quais os seus destinos após a formação, é necessário o incentivo advindo de políticas públicas que façam os estudantes do ensino médio seguirem o caminho da docência. É importante amadurecer o projeto que fora a pouco apresentado pelo Ministro da Educação, que ele seja capaz de ultrapassar as licenciaturas apenas da área de exatas, e siga os outros caminhos, atingindo a Pedagogia, como a oportunidade que falta para a repaginação dessa formação docente, buscando o ponto de intersecção entre a prática abundante do antigo magistério, e a teoria dos atuais cursos de pedagogia, pois se havia algo que era realmente interessante na estruturação dessa prática educacional era que esse incentivo acontecia concomitante à realização do ensino médio.

A impressão que a análise das informações coletadas na pesquisa dá é de que nenhuma das políticas públicas voltadas para os estudantes do Ensino Médio estão muito aquém daquilo que eles mesmos clamam. Essas políticas prezam a ciência e a docência vem em segundo plano. Quando os alunos relatam que “sem educação não há nada”, colocando o professor como peça chave para a manutenção do país, eles mostram seus olhares voltados para a docência, que é para esses jovens, muitas vezes mais importante que a iniciação científica.

Ao contrapor as políticas públicas às respostas dos alunos, logo se percebe a lacuna que os distancia, como se o Estado ainda não estivesse equiparado aos sonhos desses alunos.

E se as políticas públicas ainda seguem com dificuldade no caminho da docência, alguns alunos parecem obter maturidade suficiente para seguir essa carreira, mesmo diante da desvalorização social e econômica, além da carga sobreposta nesse indivíduo como o salvador da educação – considerando os âmbitos da orientação educacional e até mesmo em outros espaços relativos à educação – há ainda aqueles que mostram-se dispostos a trilhar o caminho da realização profissional na Pedagogia.

Pois então, por que ser um pedagogo? Essa opção de profissionalização pode ser conferida primeiramente por acreditar na educação, e desta forma apostar, mesmo que inconscientemente na sua capacidade de transformação de realidade.

Traçar o caminho da Pedagogia por gostar de disseminar conhecimento e com afetividade ser capaz de transformar vidas, na mais ampla estrutura formulada há alguns anos por Paulo Freire, e mesmo que muitos desses alunos não tenham idéia de quem seja esse grande teórico dentro da área da educação, eles podem sentir as mesmas idéias disseminadas pelo autor em seu cotidiano escolar.

Ser um pedagogo por gostar de crianças, e acreditar que elas são o futuro da nação, e esses futuros profissionais acharem-se capazes de mudar esse futuro com as próprias mãos, compreenderem suas vocações e enxergarem-se realizando essa grande mudança, e mesmo diante de uma série de problemas, já apresentados ao longo desse trabalho, reconhecer o pedagogo como essencial nesse processo.

Desta forma, tornar-se um pedagogo, pois este indivíduo tem como intuito primordial o refletir acerca dos fins últimos do fenômeno educativo e fazer a análise objetiva das condições existenciais e funcionais desse mesmo fenômeno.

A Educação é encarada por esse indivíduo como prática humana e social naquilo que modifica os indivíduos e os grupos em seus estados físicos, mentais, espirituais e culturais.

Sendo assim o pedagogo encarregado pela esperança daquilo que Libâneo (2011) chama de formações cultural e científica, além dos progressos sociais, conquistas da dignidade humana, e mais uma vez, da emancipação do ser humano. É como se quem quisesse trilhar esse caminho percebesse o poder que a profissão obtém na mediação da construção de sentido da sociedade, e por isso mesmo fosse capaz, através da sua principal força, a educação, de transformar realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, Isamara Della Favera; TITTONI, Jaqueline. "Motivação" *In*: CATTANI, Antonio David (org). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. pp. 161-167

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. "O Ensino Médio e suas Finalidades na Perspectiva dos Membros da Comunidade Escolar". *In*: **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília, UNESCO; MEC, 2003.

ANDRADE, Patrícia Carlos de. **Orienta-se: Guia de Profissões e mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Oriente-se, 2000. pp. 147-165

BONETI, Lindomar Wessler. "Enfim, o que são políticas públicas e quais são os seus objetivos?". *In*: **Políticas públicas por dentro**. Injuí: Ed. Unijuí, 2007. pp. 73 – 86

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: A abordagem sócio-histórica**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 188 p.

BRASIL. **Lei Nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: jun. 2013

CALDAS, Roberto de Figueiredo. **Cláusulas Sociais**. Congresso Internacional: Perspectivas das Relações de Trabalho no Brasil e no Mundo, Ago, 2000. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/48943868/Conceitos-de-Dumping-Socia-e-de-Clausula-Social>>. Acesso em: jul. 2013.

CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO. **Educação para todos e todas**. Disponível em: <http://www.educacaoparatodos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=2>. Acesso em: jun. 2013.

CAPES. **Novos Talentos**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/novos-talentos>>. Acesso em: jun. 2013.

_____. **Prodocência**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/prodocencia>>. Acesso em: jun. 2013.

_____. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>>. Acesso em: jun. 2013.

_____. **Programa Jovens Talentos para a Ciência**. Disponível em: < <http://propesq.ufsc.br/files/2013/04/ORIENTA%C3%87%C3%95ES-PROGRAMA-JOVENS-TALENTOS-2013.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.

CATTANI, Antônio David. "Formação Profissional". *In*: **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. pp. 94-99

CORROCHANO, Maria Carla. “Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil”. *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. (org). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. pp. 45-72.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. Maria Cecília de Souza Minayo (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ENGELS, Friedrich [1820-1895]. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. MORES, Ridendo Castigat (ed). 1876

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. Campinas: Educ. Soc., v. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. pp. 1203-1230

FREIRE, Paulo. “Professora-Tia: A armadilha”. *In*: **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1997. pp. 7-11. Disponível em: < <http://xa.yimg.com/kq/groups/23184627/512753443/name/Paulo+Freire+-+Professora+sim+,+Tia+n%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Adriana Lopez (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Medo_e_ousadia.pdf>. Acesso em: nov. 2010.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado de arte**. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas. 2008. 206 p.

GUIA DO ESTUDANTE. **Pedagogia**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/pedagogia-688168.shtml>> Acesso em: mai. 2013.

JACQUES, Maria da Graça. “Identidade e Trabalho”. *In*: CATTANI, Antonio David (org). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. pp. 127-131

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Heloísa Monteiro; Francisco Settineri (trads.). Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. pp. 155-157

LIBÂNEO, José Carlos. **Escola pública brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais?**. São Paulo: PUC, 2011. Disponível em: <[http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Texto%20Edipe%202011%20versao%20final%20\(2\).doc](http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Texto%20Edipe%202011%20versao%20final%20(2).doc)>. Acesso em: jun. 2013.

LISBOA, Marilu Diez. "Ser quando crescer... A formação da identidade ocupacional". In: LEVENFUS, Rosane Schotgues. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 109-122, 1997.

LOBATO, Vivian da Silva. **Revisitando a Educação na Grécia Antiga: A Paidéia**. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/educacao_grecia.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Ensino Médio Inovador**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439>. Acesso em: jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Ciência em Fronteiras**. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: jun. 2013.

MEDINA, Gabriel. "Um novo momento para as juventudes no Brasil". In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. (org). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. pp. 45-72.

PAULA, Sandra Regina de; FARIA, Moacir Alves de. **Afetividade na Aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/sandra.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

PIAGET, Jean [1896-1980]. **Para onde vai a educação?** BRAGA, Ivonete (trad). 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. 127 p.

SCHEIBE, Leda. Políticas públicas para a formação de profissionais da educação básica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 6., 2008, Itajaí. **Pesquisa em Educação e Inserção Social**. Disponível em: <http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo5/politicas_formacao.pdf>. Acesso em: mai. 2013

SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Porto Alegre: Anos 90, n. 13, jul 2000. pp. 128-133. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>> Acesso em: jul. 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 4 ed. 128 p.

SOARES, Dulce Helena Penna. **O jovem e a escolha profissional**. Porto Alegre:

Grupo Editorial Summus, 2002. 196 p.

STRECK, Danilo R. "Pedagogia(s)". *In*: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008. pp. 311-313

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Pedagogia**. Disponível em:
<http://unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/pedagogia> Acesso em: mai. 2013.

VALORE, L. A. Orientação Profissional em Grupo na Escola Pública: direções possíveis, desafios necessários. *In*: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P. (Org.). **Orientação Vocacional Ocupacional: Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 115-131, 2002.

WIKIPÉDIA. **Pedagogia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogia>>
Acesso em: mai. 2013.

ANEXOS

Questionário aplicado aos participantes da Pesquisa

Questionário Social

Sexo

☐ M ☐ F

Idade

☐ 14 – 15

☐ 16 – 17

☐ 18 – 19

☐ 20 +

Estado Conjugal

☐ Solteiro

☐ Casado

☐ Separado/Viúvo/Divorciado

Autoidentificação de cor/raça

☐ Branco

☐ Negro

☐ Amarelo

☐ Pardo

Pessoas com as quais moram

☐ Pai/Padrasto e Mãe/Madrasta

☐ Somente Mãe/Madrasta

☐ Somente Pai/Padrasto

☐ Pai, Mãe e Irmão(s)

☐ Pai(s) e Irmão(s)

☐ Mãe(s) e Irmão(s)

☐ Somente Irmão(s)

☐ Outros Parentes (avós, tios, etc)

☐ Pessoas que não são Parentes

☐ Filhos

Grau de escolaridade dos Pais / Responsáveis:

☐ Analfabeto / só assina o nome

☐ Até o 5º ano (4ª série)

☐ Entre o 6º e o 9º ano (5ª e 8ª série)

☐ Ensino Médio Completo

☐ Superior Completo / Incompleto

Perguntas Discursivas

Para você, o Ensino Médio serve para o quê?

☐ Preparar-se para o vestibular.

☐ Conseguir um futuro melhor.

☐ Conseguir trabalho.

Você seria um professor?

☐ Sim

☐ Não

Por quê?

Você participa, ou já participou de algum programa de incentivo à formação de professores ou cientistas?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, conte mais sobre sua experiência.

Para você, o que é um pedagogo? O que faz e onde atua?

Você conhece algum pedagogo?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, conte mais sobre como o conheceu.

Você seria um pedagogo?

☐ Sim ☐ Não

Por quê?
